

# Cooperação e investimentos do Brasil na África O caso do ProSavana em Moçambique

---

Sergio Schlesinger





# Cooperação e investimentos do Brasil na África

## O caso do ProSavana em Moçambique

---

Sergio Schlesinger

1ª edição  
Maputo, 2013

# Cooperação e investimentos do Brasil na África

## O caso do ProSavana em Moçambique

---

© FASE – Federação de Órgãos para Assistência  
Social e Educacional

### **TEXTO**

Sergio Schlesinger

### **PUBLICAÇÃO**

FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional

### **COORDENAÇÃO**

Fátima Mello - FASE

### **COMENTÁRIOS FINAIS**

Fátima Mello, com a colaboração de  
Abel Sainda – ORAM  
Sergio Schlesinger  
Vicente Adriano - UNAC

### **APOIO**

Oxfam

### **PROJETO GRÁFICO**

Mais Programação Visual  
[www.maisprogramacao.com.br](http://www.maisprogramacao.com.br)

### **CAPA**

Arte sobre foto de Sergio Schlesinger

### **TIRAGEM**

1.500 exemplares

Os conteúdos da publicação não representam necessariamente  
os pontos de vista da Oxfam.

© Copyleft: é permitida a reprodução total ou parcial dos textos  
aqui reunidos, desde que seja citado o autor e se inclua a referência  
ao artigo original.

# Sumário

---

Introdução .....	5
Política externa brasileira e a Cooperação Sul-Sul .....	7
Cooperação em Moçambique.....	12
O ProSavana .....	16
O PAA África .....	32
O ProSavana e os interesses do agronegócio brasileiro .....	34
Camponeses moçambicanos em alerta .....	36
O modelo agrícola do Cerrado brasileiro.....	37
O Prodecer .....	38
Outros programas desenvolvidos com o Japão no período.....	40
A JICA .....	41
Programa de Parceria Japão-Brasil (PPJB).....	42
A cadeia produtiva do agronegócio .....	43
Comentários finais .....	44
Referências .....	49
Anexo .....	50



# Introdução

---

Este estudo integra o conjunto de ações desenvolvidas em parceria entre organizações e movimentos sociais de Moçambique e do Brasil, visando fortalecer em ambos os países as lutas por justiça, direitos, segurança e soberania alimentar, e incidir sobre a cooperação e investimentos brasileiros em Moçambique que afetam estas lutas. O estudo aqui apresentado analisa as motivações e as práticas da cooperação e investimentos do Brasil na África. Para tal, apresenta dados, informações e análises sobre a cooperação e investimentos do Brasil na África em agricultura. Toma como referência a parceria entre o Brasil e o Japão com o governo de Moçambique, com destaque para o ProSavana, particularmente no que diz respeito à implantação de um sistema de produção agrícola baseado no monocultivo de *commodities* como a soja, o milho e outras, inspirado no modelo hoje dominante no Cerrado brasileiro.

O estudo foi realizado pela FASE em consulta e parceira permanente com a UNAC (União Nacional de Camponeses) e a ORAM (Associação Rural de Ajuda Mútua), organizações que representam camponeses de Moçambique. A UNAC foi fundada em abril de 1987 com o objetivo de representar os camponeses e suas organizações para assegurar seus direitos sociais, econômicos e culturais, através do fortalecimento das organizações camponesas, participação na definição de políticas públicas e estratégias de desenvolvimento, visando garantir a soberania alimentar. A ORAM, criada em 1992, é uma organização com forte caráter associativo de referência em questões de terra, recursos naturais, promovendo os direitos e interesses dos camponeses, contribuindo para o desenvolvimento associativo e comunitário, com vista a assegurar a posse e o uso sustentáveis dos recursos da terra pelas comunidades rurais, fortalecendo-as para que sejam atores principais no movimento rural, com capacidade de promover estratégias de desenvolvimento comunitário, posse e uso sustentáveis da terra e de recursos naturais.<sup>1</sup>

Em sua trajetória de 51 anos de atuação na sociedade brasileira, a FASE tem trabalhado junto com movimentos sociais que lutam pela terra, Justiça Ambiental, segurança e soberania alimentar tanto em nível nacional como nas diversas regiões onde tem atuação local: Pará, Mato Grosso, Pernambuco, Bahia, Espírito Santo e Rio de Janeiro. As dinâmicas locais e regionais onde a FASE está inserida são fortemente influenciadas por processos nacionais e internacionais, como é o caso das negociações agrícolas no comércio internacional: os interesses defendidos pelo Brasil nestas negociações têm uma relação direta com o modelo agrícola predominante no país, baseado em extensos monocultivos voltados para exportação. Este é o caso do Mato Grosso, marcado pela hegemonia do modelo agroexportador de *commodities*, de um lado, e pela resistência social e produtiva de agricultores familiares e camponeses, de outro. Este modelo agrícola adotado no Brasil se reflete na cooperação e investimentos internacionais do país, conforme será demonstrado neste estudo.

---

1. ORAM (2009). Plano Estratégico: ORAM Maputo.



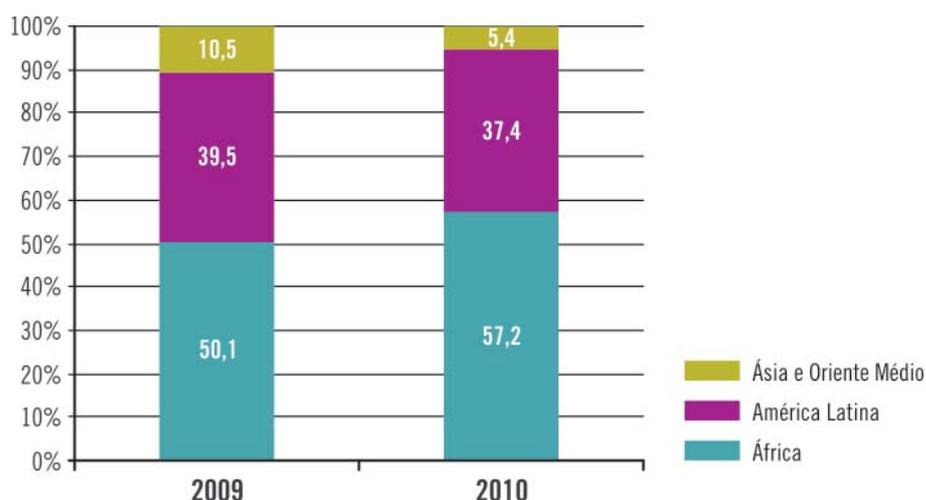
# Política externa brasileira e a Cooperação Sul-Sul

Ao longo da última década, a cooperação internacional para o desenvolvimento e os investimentos que a acompanham estão passando por profundas e aceleradas transformações. Expressando as mudanças na correlação de forças no sistema internacional, que se encontra em transição para uma configuração multipolar, a cooperação Sul-Sul tem ampliado seu papel na dinâmica da cooperação internacional. Países como o Brasil, China e Índia têm acionado seus mecanismos de cooperação e investimentos como parte da disputa por um novo equilíbrio de poder. A cooperação Sul-Sul tem se caracterizado pela sua dimensão econômica e política, como é o caso das iniciativas levadas a cabo no âmbito dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e do Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBSA).

No Brasil, se intensifica o debate sobre o lugar da cooperação e dos investimentos internacionais como parte constitutiva de novas diretrizes da política externa do país. A maior parte dos projetos de cooperação desenvolvidos atualmente pelo Brasil concentra-se na América Latina e na África. Maior ênfase tem sido dada a países da África Subsaariana. Em 2010, a África foi o destino de quase 60% dos desembolsos da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), que coordena os projetos de assistência internacional do país. Sinalizando a importância que a cooperação brasileira está adquirindo na África, em especial com iniciativas da magnitude do ProSavana, pela primeira vez a ABC alocou um Coordenador no Exterior em Moçambique. Foi criado um Grupo África, sob a coordenação da Casa Civil, visando coordenar as ações do governo no continente.

A cooperação e os investimentos do Brasil na África se dão sob diversas modalidades, envolvendo tanto o governo federal quanto empresas privadas, seja sob a forma de assistência técnica, investimento direto ou empréstimos governamentais. A cooperação é canalizada por meio de contribuições a instituições multilaterais e pela via de acordos trilaterais, bilaterais e regionais, abrangendo em especial as áreas técnica, financeira e humanitária.

## Investimentos brasileiros em projetos internacionais de desenvolvimento, participação por continente, 2009–10

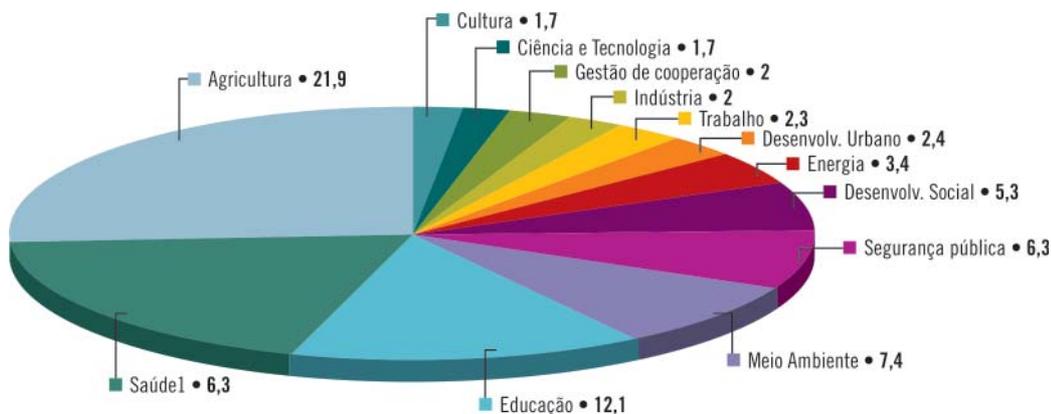


Fonte: ABC 2009 e 2011.

Obs.: Os valores totais em 2009 e 2010 foram, respectivamente, US\$ 2.012.682 e US\$ 2.082.674 para a Ásia e o Oriente Médio; US\$ 7.575.235 e US\$ 14.437.785 para a América Latina e US\$ 9.608.816 e US\$ 22.049.368 para a África.

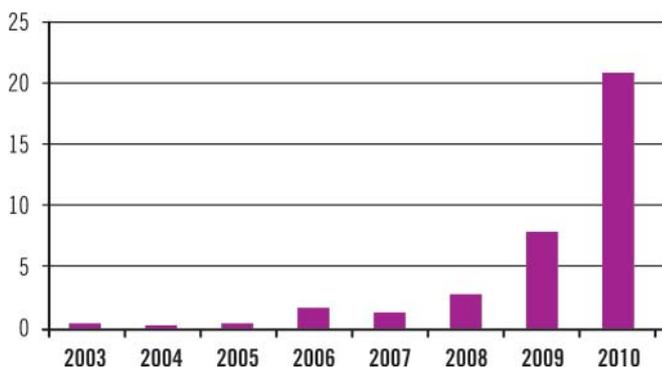
# Cooperação internacional brasileira

## Cooperação técnica: distribuição dos recursos segundo áreas temáticas, 2003-2010



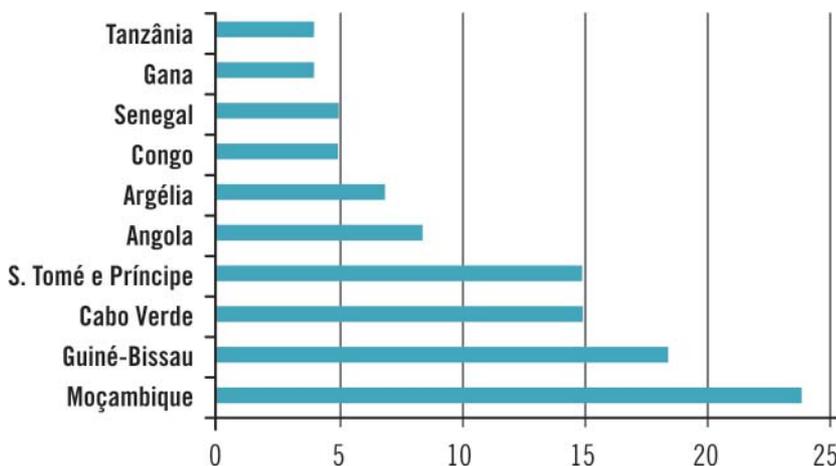
Extraído de Lídia Cabral – “Cooperação Brasil-África para o desenvolvimento: caracterização, tendências e desafios”, Textos Cindes N°26, dezembro de 2011.

## Cooperação técnica com a África: execução do orçamento anual, 2003-2010



Fonte: ABC (2011).  
Lídia Cabral, op. cit.

## Cooperação técnica com a África: principais parceiros segundo o número de projetos em execução



Fonte: ABC (2011).  
Lídia Cabral, op. cit.

# Cooperação, investimentos e comércio: um trio inseparável

Ao mesmo tempo em que crescem as atividades de cooperação entre o Brasil e a África, aumenta também o volume de investimentos e do comércio de bens e serviços. A corrente comercial entre o Brasil e os países africanos cresceu de US\$ 4,3 bilhões em 2002 para US\$ 27,6 bilhões em 2011.

Dados revelam as disparidades em termos de volumes entre os recursos mobilizados por um lado pela cooperação e por outro os investimentos que apoiam em geral a internacionalização das empresas brasileiras e viabilizam os ganhos econômicos das multinacionais que a elas se associam. É crescente a presença de empresas brasileiras, tanto as de capital privado quanto as estatais naquele continente. Através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o governo brasileiro financia também uma série de obras de engenharia que facilitam a celebração de contratos de obras das mais diversas modalidades. Ao mesmo tempo, fundos de investimento buscam captar recursos financeiros para viabilizar os crescentes investimentos do Brasil na África.

Neste sentido, a FGV Projetos, da Fundação Getúlio Vargas, pretende captar recursos da ordem de US\$ 1 bilhão para o desenvolvimento dos projetos agrícolas. O fundo é coordenado pelo DWS Investments, gestor pertencente ao Deutsche Bank, da Alemanha. Além disso, em junho de 2012, o BTG Pactual, maior banco de investimento no Brasil, também anunciou a intenção de levantar US\$ 1 bilhão e criar um fundo de investimentos do mundo para a África, voltado para áreas como infraestrutura, energia e agricultura.<sup>2</sup> No caso de Moçambique, foi lançado em julho de 2012 um fundo destinado a captar US\$ 2 bilhões no setor do agronegócio, cujos detalhes informamos mais adiante.

Países emergentes como a China e a Índia vêm buscando ampliar sua cooperação e seus investimentos no continente africano. Para estes países, o potencial de exportação de energia e alimentos que tem a África é o principal motivo desta aproximação. Para o Brasil, que não depende deste tipo de importações, as motivações são outras. Somada a busca por espaço e influência política que integra as diretrizes da política externa de um Brasil com crescente peso no sistema internacional, destaca-se a importância estratégica concedida nos últimos anos à expansão de empresas brasileiras em direção a outros países. Explorar petróleo e minérios naquele continente, assim como participar com suas empresas de engenharia em obras de infraestrutura, são atividades já desenvolvidas pelo Brasil na África há alguns anos.

O governo brasileiro enxerga ali grande potencial para a expansão das empresas brasileiras em diversos setores. Em exposição recente, Luciano Coutinho, presidente do BNDES, destacou alguns destes setores cuja presença na África deve ser objeto de estímulos por parte do banco. Para Coutinho, a integração do Brasil com a África traz oportunidades não apenas para as grandes empresas, mas também para companhias de médio porte. Segundo ele, alguns setores atrativos nesse sentido são açúcar e álcool, telecomunicações, energia, energias renováveis, petroquímica, siderurgia, indústria automotiva, bens de capital, varejo, transportes, serviços bancários e fármacos.<sup>3</sup>

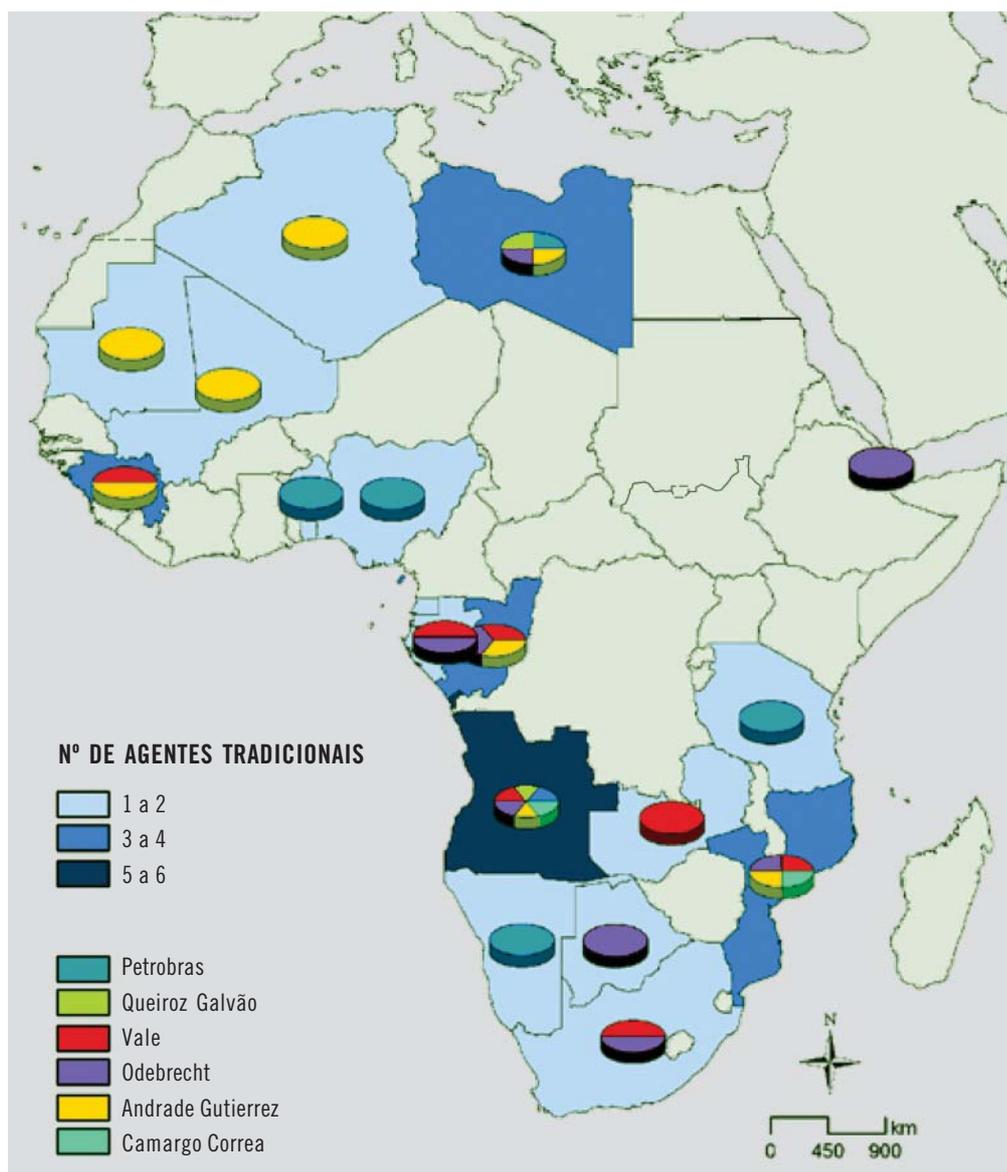
De acordo com análise do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), os investimentos do setor privado brasileiro na África tiveram início nos anos 1980, através de empresas brasileiras presentes naquele continente. “Embora estejam presentes em todo o continente, a atuação das empresas brasileiras concentra-se principalmente nos setores de infraestrutura, energia e mineração na África Subsaariana, conforme o mapa a seguir. Esses agentes tradicionais, em termos de investimento e volume de vendas, são Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa, Odebrecht, Petrobras, Queiroz Galvão e Vale. A Marcopolo também merece ser mencionada por sua abordagem diferenciada” (Ipea, 2011).

Mapeando os investimentos brasileiros na África, Villas Bôas (2011) identificou 22 países nos quais existem empresas brasileiras, sendo os setores de minerais e construção civil os mais consolidados e o das pequenas e médias empresas e franquias os com maior potencial para o futuro. O setor de serviços se destaca, mas é mais forte onde os investimentos em outras áreas são mais significativos.

2. Brasil compete com China e Índia para investir na África. O Estado de S. Paulo - 27/07/12.

3. BNDES. Seminário no BNDES destaca oportunidades de investimento e cooperação no continente africano. 07/05/12.

# Empresas brasileiras na África



Fonte: Ipea

A Odebrecht é a empresa de construção brasileira com o maior número de projetos na África, com presença na África do Sul, Angola, Botsuana, Djibuti, Gabão, Líbia, Libéria, Moçambique e República Democrática do Congo. A empresa tem parcerias com governos e outras empresas estrangeiras, tendo também criado consórcios com outros empreiteiros brasileiros na África. Entre as diversas atividades que desenvolve, encontram-se projetos relacionados à exploração de petróleo e gás, infraestrutura, construção de condomínios residenciais, planejamento urbano, operação de minas de diamantes e distribuição de alimentos. Através de sua controlada ETH, a empresa investe também na produção de açúcar e etanol em Angola.

A Andrade Gutierrez, que também atua no ramo da construção civil, está presente em Angola, Argélia, Camarões, Guiné, Guiné Equatorial, Líbia, Mali, Mauritânia, Moçambique e República Democrática do Congo. A empresa realiza negócios na África desde 1984, tendo construído rodovias e estradas, além de realizar projetos de habitação, construção civil e planejamento urbano. A Camargo Corrêa, empresa do mesmo setor, está presente em diversas obras de construção civil em Angola e Moçambique. Já a Queiroz Galvão desenvolve grandes obras em Angola e na Líbia.

A Vale, segunda maior empresa mundial de mineração, atua em nove países africanos: África do Sul, Angola, Congo, Gabão, Guiné, Libéria, Zâmbia, Malawi e Moçambique. Em seu site, constava em outubro de 2012 a informação de que a empresa planeja investir US\$ 7,7 bilhões na África nos próximos anos – valor correspondente ao orçamento dos projetos já aprovados para o continente.

Como descreve o Ipea (2011), a Vale adquiriu empresas de mineração na África do Sul e na República Democrática do Congo, principalmente para a exploração de cobre e cobalto. Em Moçambique, a empresa iniciou oficialmente atividades metalúrgicas e de mineração de carvão e comprometeu-se a investir outros US\$ 4 bilhões, além dos US\$ 2 bilhões já investidos desde a compra das operações de mineração de carvão em 2004. Em Angola, sua presença tem por objetivo a identificação de áreas adequadas à mineração de cobre e níquel. Por intermédio da empresa GeVale Indústria Mineira Ltda. e de um consórcio com o grupo angolano Genius, a Vale atua na Província de Moxico, na fronteira com a Zâmbia, onde realiza atividades de garimpo em um dos maiores veios de cobre do mundo, que juntamente com Katanga, na República Democrática do Congo, forma o cinturão do cobre. Na Guiné (Conakry), a empresa adquiriu 51% da empresa BSG Resources (Guiné), que detém concessões de minério de ferro no país.

Em seu site, a empresa anuncia ainda que, em dezembro de 2011, assinou com o governo do Malawi um contrato para construir um corredor ferroviário pelo qual passará o carvão produzido em Moçambique.

As atividades da Petrobras na África priorizaram a busca e a extração de petróleo, especialmente em águas profundas e ultraprofundas, com operações ativas em Angola, Líbia, Nigéria e Tanzânia. A empresa adquiriu recentemente 50% de participação em um bloco de 7.400 km<sup>2</sup> no litoral de Benin para a exploração de petróleo leve. Na Namíbia, conta com participação de 50% em bloco de exploração de petróleo em águas profundas e ultraprofundas.

Segundo o Observatório das Empresas Transnacionais, o cronograma da Petrobras na África em 2012 previa a perfuração de quatro novos poços, sendo três em Angola e um na Tanzânia. Para 2013, são estimadas três perfurações: uma na Namíbia, outra no Gabão e a última em Benin.<sup>4</sup>

A Petrobras Biocombustíveis (PBio), por sua vez, tem crescente participação nas iniciativas do governo brasileiro no sentido de fazer de alguns países da África importantes produtores de etanol e biodiesel. Através da associação com a francesa Tereos, a PBio deverá estender à África sua produção de etanol.

Os principais projetos relacionados à produção agrícola em que o Brasil está presente na África concentram-se em Moçambique, e são analisados adiante.

## O BNDES e as relações comerciais com a África

Através do BNDES, o Brasil financia também suas exportações a países africanos. No caso de Angola, são concedidos créditos para a importação de bens e serviços brasileiros para obras de infraestrutura, tendo como garantias recebíveis de petróleo. A previsão é de que em 2012 os desembolsos para Angola somem US\$ 600 milhões. Este modelo deve começar a ser replicado também em Gana e Moçambique, em breve. Para isto, estão sendo estudadas novas formas de garantia para alguns projetos com o uso de recebíveis lastreados em carvão.<sup>5</sup>

Na visão do BNDES, a experiência com Angola demonstra que os financiamentos para infraestrutura podem abrir oportunidades para financiar projetos em setores produtivos. Angola estaria disposta a utilizar parte dos recursos da nova linha de crédito para fomentar setores produtivos, entre os quais a agricultura, que depende do uso de mão de obra e de maquinário.

Além de Angola, o BNDES já fez desembolsos para Moçambique. O governo de Gana tem interesse em criar uma linha de US\$ 1 bilhão para financiar projetos de infraestrutura. Com reservas de petróleo recém-descobertas e um marco regulatório estabelecido, Gana tem condições de oferecer garantias com base em recebíveis de petróleo, a exemplo do que já se tornou habitual com Angola.

4. <http://observatoriodasempresas.blogspot.com.br/2011/09/petrobras-na-africa.html>.

5. Francisco Góes. Brasil quer replicar, com outros países da África, modelo de comércio com Angola. Valor Econômico, 02/05/12.

# Cooperação com Moçambique

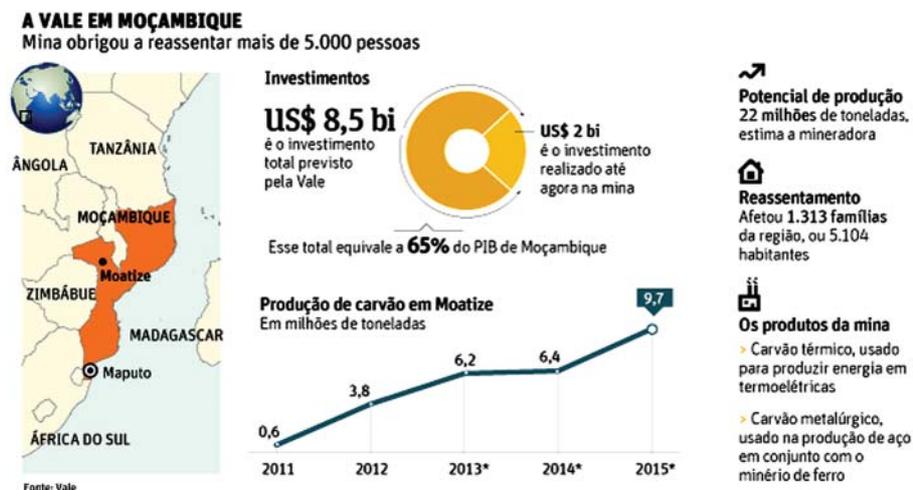
Além dos acordos já mencionados, Brasil e Moçambique assinaram em 2011 seis novos acordos de cooperação, segundo a Agência Brasileira de Cooperação, nas seguintes áreas: “Modernização da Previdência Social de Moçambique”; “Capacitação Jurídica de Formadores e Magistrados”; “Implantação de Banco de Leite Humano e de Centro de Lactação em Moçambique”; “Apoio à Implantação do Centro de Telessaúde, da Biblioteca, e do Programa de Ensino a Distância em Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente de Moçambique”; “Capacitação e Transferência Metodológica para o Programa Mais Alimentos África em Moçambique”; e “Implantação de Bancos Comunitários de Sementes e Capacitação para o resgate, multiplicação, armazenamento e uso de sementes tradicionais, também chamadas crioulas, em áreas de agricultura familiar”.<sup>6</sup>

## Vale Carvão em Moatize

Os investimentos de grandes empresas brasileiras em Moçambique começaram a se fazer presentes nos anos 1990. Em 2004, a Vale obteve os direitos de exploração das reservas de duas minas de carvão em Moatize, na bacia do rio Zambeze, província de Tete. Com investimentos de 1,7 bilhão de dólares, a mina foi inaugurada em julho de 2007. É a segunda maior mina de carvão a céu aberto do mundo e o maior empreendimento da mineradora fora do Brasil. Em 2012, seu primeiro ano completo de operação, a mina produziu 3,8 milhões de toneladas. A produção estimada para 2015 é de 9,7 milhões de toneladas. A mina Moatize II deverá começar sua produção em 2015. O investimento total da Vale em Moatize deverá alcançar US\$ 8,5 bilhões, que correspondem a mais de metade do PIB do país.

## Os atingidos pela Vale

A instalação e a operação da mina da Vale em Moatize implicaram no reassentamento de mais de 1.300 famílias. São constantes as manifestações de protesto destas famílias, por não terem sido respeitados seus direitos legais. Segundo a Ação Acadêmica para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais (Adecru), elas reivindicam uma indenização e compensação justa pela retirada da sua principal fonte de renda, relativa à atividade de fabrico de tijolos queimados, e a disponibilização imediata de áreas e fontes alternativas de geração de renda. Durante o processo de consulta e participação pública, a Vale comprometeu-se a indenizar e compensar cada pessoa envolvida nesta atividade em valor equivalente US\$ 3 a 4 mil, mas elas receberam somente o correspondente a US\$ 2 mil.<sup>7</sup>



Fonte: Folha de São Paulo (Editoria de Arte/Folhapress)

6. ABC. Disponível em [http://www.abc.gov.br/abc\\_por/webforms/interna.aspx?secao\\_id=105&Idioma\\_id=1](http://www.abc.gov.br/abc_por/webforms/interna.aspx?secao_id=105&Idioma_id=1).

7. Atingidos pela Vale Bloqueiam e Forçam a Paralisação da Mina em Moçambique. <http://adecru.wordpress.com/?s=Atingidos+pela+Vale+Bloqueiam+e+For%C3%A7am+a+Paralisa%C3%A7%C3%A3o+da+Mina+em+Mo%C3%A7ambique&submit=Termo>.

De acordo com depoimentos colhidos pela Folha de São Paulo, não há água suficiente perto das terras que foram alocadas aos reassentados e muitos não conseguem plantar nada. “Nos prometeram dois hectares de terra, só deram um, e uma terra ruim que não rende nada”, diz João Salicuchepa Gimo, 39, que mora com a mulher e sete filhos no assentamento de Cateme.

Afastados da cidade, eles não conseguem nem mais fazer os “bicos” que os sustentavam. “Antes, a gente complementava nossa renda vendendo roupas na cidade, a família chegava a tirar US\$ 300 por mês. Agora, estamos tão longe de Tete que não dá mais para fazer isso”.<sup>8</sup>

## Infraestrutura de transportes

Em 2010, a Vale adquiriu 51% da participação acionária na Sociedade de Desenvolvimento do Corredor do Norte SA (SDCN), de propriedade da empresa moçambicana Insitec SGPS. A SDCN controla, com 51% de participação, o Corredor de Desenvolvimento do Norte (CDN) e a Central East African Railway (CEAR).

A CDN é responsável pela concessão de um trecho ferroviário de 872 km em Moçambique, que conecta Entrelagos, na província de Niassa, ao porto de Nacala, na província de Nampula, ao norte de Moçambique, e do próprio porto de Nacala. A CEAR detém a concessão de todo sistema ferroviário do Malawi, que atualmente compreende 797 km de ferrovias ligando todo o país nos eixos norte-sul e leste-oeste.

Os sistemas ferroviários CDN e CEAR são interligados e próximos à região mineral de Moatize, na província de Tete. Esta infraestrutura, ao mesmo tempo em que torna viável a expansão da capacidade de Moatize, servirá também para o transporte da rocha fosfática de Evate para a costa Leste da África, assim como da produção do cinturão de cobre da Zâmbia, além de outras cargas do eixo Zâmbia-Malawi-Moçambique. A transação faz parte da estratégia da Vale de construir infraestrutura para transporte de sua produção na África Central e Oriental, que incluirá também a construção de um novo terminal marítimo de águas profundas em Nacala.<sup>9</sup>

Em 2012, o governo moçambicano aprovou a concessão para construção e exploração de uma linha férrea de 780 quilômetros entre Moatize e o Porto de Nacala, no Oceano Índico. A obra será executada por um consórcio em que a Vale tem 80% e o governo de Moçambique, por meio da estatal CFM, 20%. O investimento total estimado é US\$ 1,5 bilhão. A expectativa do governo moçambicano é de que, além de cargas, os trens também possam transportar passageiros, a exemplo das linhas operadas pela Vale no Brasil: Vitória-Minas e Carajás-São Luís, no Maranhão.

No entanto, a primeira experiência com a ferrovia de Sena, ligando Moatize ao Porto da Beira, além de não responder à demanda por transporte de passageiros, é também motivo de discórdia entre a Vale e a Rio Tinto, outra empresa mineradora que explora o carvão de Benga no Distrito de Moatize.

Com a construção da ferrovia, outro trecho será viabilizado: o ramal ferroviário entre o país vizinho Malawi e Moatize. O Malawi não tem litoral e a ferrovia poderia ser uma alternativa para importação e exportação de produtos e transporte de passageiros. A Vale também já manifestou interesse na construção e operação desse trecho, com custo de implantação estimado em US\$ 700 milhões.<sup>10</sup>

## Fosfato em Monapo

Em junho de 2012, a Vale Moçambique iniciou estudos destinados à pesquisa e exploração de fosfato na mina de Evate, no distrito do Monapo, província de Nampula. O projeto está no segundo dos três estágios previstos para a execução dos estudos de viabilidade.<sup>11</sup>

A mina foi concessionada à Vale Moçambique por 28 anos. Com o fosfato, a Vale pretende construir um complexo industrial para a produção de fertilizantes, no distrito costeiro de Nacala-a-Velha, para atender à demanda do agronegócio, que deverá se estabelecer ao longo do Corredor de Nacala. O empreendimento, orçado US\$ 3 bilhões, ficará localizado na zona de Nanare, numa área de 700 hectares.

**8.** Patrícia Campos Mello. Megaprojeto da Vale é alvo de protestos em Moçambique. Folha de São Paulo, 22/04/13.

**9.** Vale estrutura logística para apoiar suas operações na África. [www.vale.com.br/pt-br/investidores/press-releases/paginas/vale-estrutura-logistica-para-apoiar-suas-operacoes-na-africa.aspx](http://www.vale.com.br/pt-br/investidores/press-releases/paginas/vale-estrutura-logistica-para-apoiar-suas-operacoes-na-africa.aspx).

**10.** Emerson Penha. Vale vai construir ferrovia em Moçambique. EBC, 04/07/12. <http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-07-04/vale-vai-construir-ferrovia-em-mocambique>.

**11.** A segunda maior do mundo em produção de rocha fosfática. <http://obraspelomundo.blogspot.com.br/2013/04/a-segunda-maior-do-mundo-em-producao-de.html>

# Odebrecht

A Odebrecht também está presente na construção das instalações da mina de carvão da Vale em Moatize, em conjunto com a Camargo Corrêa. Além das obras da mina, infraestrutura de rodovias e a construção da usina de beneficiamento de carvão mineral, a empresa também se encarregou da construção de casas para as famílias desapropriadas pela construção.

As casas doadas às famílias, construídas pela Odebrecht e uma empresa terceirizada, estão sendo refeitas pela segunda vez e muitos estão morando em barracas. Poucos meses depois de serem entregues, começaram a apresentar rachaduras e vazamentos. A erosão começou a abalar a estrutura das casas.<sup>12</sup>

A empresa é responsável também pela construção do aeroporto internacional de Nacala, com inauguração prevista para 2013, orçada em US\$ 114 milhões. Conta com financiamento de US\$ 80 milhões do BNDES. E, ainda, do Terminal de Carvão – Cais 8, no Porto de Beira, para o qual há previsão de financiamento de US\$ 220 milhões por parte do BNDES.

# Camargo Corrêa

Além do consórcio com a Odebrecht na mina da Vale em Moatize, a Camargo Corrêa tem negócios em Moçambique nas áreas de produção de cimento e construção de uma hidrelétrica.

Em 2010, a Camargo adquiriu 51% da empresa Cimento de Nacala (Cinac), do grupo moçambicano Insitec. A unidade, na cidade portuária de Nacala, província de Nampula, tem capacidade instalada para produzir 350 mil toneladas de cimento por ano.<sup>13</sup> Em 2012, assumiu também o controle acionário da Cimento de Portugal (Cimpor), ao adquirir 95% de seu capital. A unidade de produção, com capacidade para 1 milhão de toneladas por ano, situa-se no distrito de Matola, em Nampula.

Em 2007, a empresa ganhou a concessão para construir a hidrelétrica de Mphanda Nkuwa, no rio Zambeze. Será um investimento total de US\$ 5 bilhões, quase a metade do PIB moçambicano, na segunda maior usina do país e em um sistema de transmissão de 1.500 km integrando o norte ao sul. A Camargo ganhou a concessão para o projeto com as empresas locais Insitec e Eletricidade de Moçambique. O plano era começá-lo no início de 2013, mas foi adiado para janeiro de 2015. O maior obstáculo é assegurar financiamento: o crédito depende de um contrato de fornecimento da energia. O governo está negociando com a África do Sul e outros países.

Para executar o projeto, a empresa terá que remover 400 famílias, e deverá gastar US\$ 3,5 milhões com a preparação para o reassentamento, com treinamento, pesquisas de campo e outras atividades. A usina já recebeu licença ambiental provisória, e a definitiva sai depois de pronto o plano de reassentamento, regra adotada após o caso da Vale.

“Vamos sofrer se tivermos que sair daqui, tiramos tudo do rio”, diz Razia Alberto, 35. Seu marido é pescador, e ela e os quatro filhos vivem da plantação de milho e da venda de peixe, que rende o equivalente a US\$ 3 por dia. “Todos os meus antepassados viveram aqui”. “Não sabemos o que vamos fazer da vida se formos levados para longe do rio”, diz ela em nhungue, a língua local.<sup>14</sup>

# Guarani: Petrobras e Tereos

Moçambique tem grande interesse pela substituição da gasolina, pois importa 100% do petróleo que consome. O governo daquele país estuda a introdução uma mistura obrigatória de 10% de etanol à gasolina.

A Guarani, cujo capital é dividido entre a Tereos e a Petrobras Biocombustíveis, já possui uma usina de produção de açúcar em Moçambique, a Companhia de Sena, com capacidade de moagem anual

<sup>12</sup> Patrícia Campos Mello. Megaprojeto da Vale é alvo de protestos em Moçambique. Folha de São Paulo, 22/04/13.

<sup>13</sup> Brasileira Camargo Corrêa Cimentos adquire controle de cimenteira em Moçambique. <http://www.macaub.com.mo/pt/2010/06/14/9244/>.

<sup>14</sup> PCM. Camargo Córrea tenta evitar conflito similar ao da Vale em Moçambique. <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2013/04/1266524-camargo-correa-tenta-evitar-conflito-similar-ao-da-vale-em-mocambique.shtml>

de 1,2 milhão de toneladas de cana-de-açúcar. A Guarani anunciou em dezembro de 2011 o início de estudos para produzir etanol naquele país, em parceria com a Petróleos de Moçambique (Petromoc). A nova usina será construída ao lado da unidade já existente, aproveitando o melaço, atualmente vendido para produção de ração animal. A estratégia é produzir o combustível sem afetar o crescimento da oferta de açúcar, produto do qual Moçambique também é dependente de importação.

## Eletrobras

Na área dos investimentos estatais, a Eletrobras é uma das grandes empresas que atuam em Moçambique. Como parte de suas iniciativas de internacionalização, a empresa participará da instalação de duas linhas de transmissão, de cerca de 1,5 mil quilômetros de extensão cada, partindo da hidrelétrica de Mphanda Nkuwa, a ser construída pela Camargo Corrêa<sup>15</sup>. As estatais de energia de Moçambique (EDM), França (EDF) e África do Sul serão sócias da Eletrobras no projeto da linha de transmissão.<sup>16</sup>

Quando entrar em operação, o sistema vai praticamente dobrar a oferta de energia em Moçambique, que tem apenas uma grande hidrelétrica e complementa a oferta com geradores movidos por combustíveis fósseis instalados em cidades e aldeias. As conversas preliminares indicam que a Eletrobras entrará com 49% de participação nos empreendimentos. O controle (51%) será da empresa estatal moçambicana de energia EDM.<sup>17</sup>

## BNDES

O BNDES já fez desembolsos para Moçambique. O banco voltou-se para o país na esteira do projeto de carvão de Moatize, da Vale, que ainda não foi contemplado com financiamento. Mas está participando de outro projeto, a construção do aeroporto de Nacala, a cargo da Odebrecht. Devem ser financiados entre US\$ 120 e US\$ 150 milhões para aquisição de bens e serviços brasileiros para o aeroporto. Existe expectativa de financiamento da implantação de uma zona franca e de um porto em Nacala. Em 2012, os desembolsos a empresas brasileiras com projetos em países da África (Angola e Moçambique) somaram US\$ 681,9 milhões, valor 46% maior que os US\$ 466 milhões de 2011.

Luciene Machado, superintendente da área de exportações do BNDES, estima que a carteira de projetos do banco em Moçambique, incluindo a construção de uma barragem pela Andrade Gutierrez, deve ficar em US\$ 500 milhões<sup>18</sup>. Há outros projetos em perspectiva que não estão nessa conta, incluindo uma usina de geração de energia no norte de Moçambique, na qual a Camargo Corrêa vem trabalhando. Nesse projeto, o banco vem tentando construir uma primeira operação tendo recebíveis de carvão como garantia. A ideia é que parte dos royalties pagos pela Vale ao governo de Moçambique pela exploração de carvão seja colocada em uma conta para servir de garantia para empréstimos oferecidos a projetos.

Em abril de 2013, foi criada pelo BNDES uma nova diretoria, que cuidará dos assuntos relacionados à África, América Latina e Caribe. O objetivo é aumentar o financiamento às empresas brasileiras que exportam bens e serviços para os países dessas duas regiões. A criação da nova diretoria ocorre após o presidente do BNDES, Luciano Coutinho, ter afirmado que o Banco havia abandonado a política de criação das “campeãs nacionais”, que incentivou a formação de grandes companhias brasileiras com o objetivo de disputar o mercado internacional.<sup>19</sup>

**15.** Edmundo Galiza Matos. Energia elétrica para todos os moçambicanos só lá para 2030 - Presidente da Eletrobras. [http://www.rm.co.mz/index.php?option=com\\_content&view=article&id=5735:energia-electrica-para-todos-os-mocambicanos-so-la-para-2030-presidente-da-eletobras&catid=100:economia&Itemid=367](http://www.rm.co.mz/index.php?option=com_content&view=article&id=5735:energia-electrica-para-todos-os-mocambicanos-so-la-para-2030-presidente-da-eletobras&catid=100:economia&Itemid=367)

**16.** Glauber Gonçalves. Eletrobras fará parceria com estatal da França. Agência Estado, 03/09/12. Disponível em <http://economia.estadao.com.br/noticias/negocios%20geral,eletrobras-fara-parceria-com-estatal-da-franca,125313,0.htm>.

**17.** Vladimir Platonow. Projeto de internacionalização da Eletrobras prioriza investimentos na África e na América do Sul. Agência Brasil. <http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-04-18/projeto-de-internacionalizacao-da-eletobras-prioriza-investimentos-na-africa-e-na-america-do-sul>.

**18.** Francisco Góes. Brasil quer replicar com outros países da África modelo de comércio com Angola. Valor Econômico, 02/05/12.

**19.** <http://oglobo.globo.com/economia/bndes-cria-nova-diretoria-para-america-latina-africa-8201330#ixzz2TRHMKXif>.

# O ProSavana

## Programa de Cooperação Triangular para o Desenvolvimento das Savanas Tropicais de Moçambique

A Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) e o Banco Mundial (Bird) publicaram, em 2009, o estudo “Despertando o gigante” (Banco Mundial e FAO, 2009). Segundo o documento, a região de savanas que se estende do Senegal à África do Sul, a chamada Savana da Guiné, que abrange 25 países, tem um potencial cultivável de 400 milhões de hectares, dos quais apenas 10% encontram-se atualmente utilizados. Os casos do Cerrado brasileiro e do Nordeste da Tailândia foram tomados como referencial para avaliar o potencial de aproveitamento de áreas similares da Savana Africana, em Moçambique, Nigéria e Zâmbia. Os produtos escolhidos para a comparação (mandioca, algodão, milho, arroz, soja e açúcar) foram aqueles considerados mais importantes na produção agrícola das regiões correspondentes na Tailândia e no Brasil.

Os dados mais recentes do Instituto Nacional de Estatística de Moçambique (INE) indicam que:

“Atualmente, 70% da população de Moçambique vive em zonas rurais e a maioria depende da agricultura de subsistência. Embora se tenham registado esforços assinaláveis para resolver a questão, a produtividade agrícola extremamente baixa, combinada com uma alta vulnerabilidade dos choques climáticos significa que um grande número da população sofre de insegurança alimentar crônica e o rendimento dos produtos agrícolas é baixo e imprevisível”.<sup>20</sup>

Em 2010, as províncias mais povoadas eram Nampula e Zambézia, ao norte de Moçambique, ambas com mais de 4 milhões de pessoas, somando 40% do total da população do país. O percentual da população rural nas duas províncias situa-se entre 70 e 80%, uma média mais elevada do que a do conjunto do país.

É nesse contexto que os governos de Moçambique, Brasil e Japão anunciam uma iniciativa conjunta, que seria capaz de aproveitar o conhecimento adquirido com o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para Desenvolvimento Agrícola do Cerrado (Prodecer), desenvolvido em meados dos anos 1980. Assinala-se, no entanto, que a situação socioeconômica da região do Cerrado brasileiro é significativamente distinta daquela existente na Savana Africana. E que, portanto, novos modelos de desenvolvimento agrícola sustentável, específicos para cada uma das regiões abrangidas, serão necessários.

### África – a Savana da Guiné



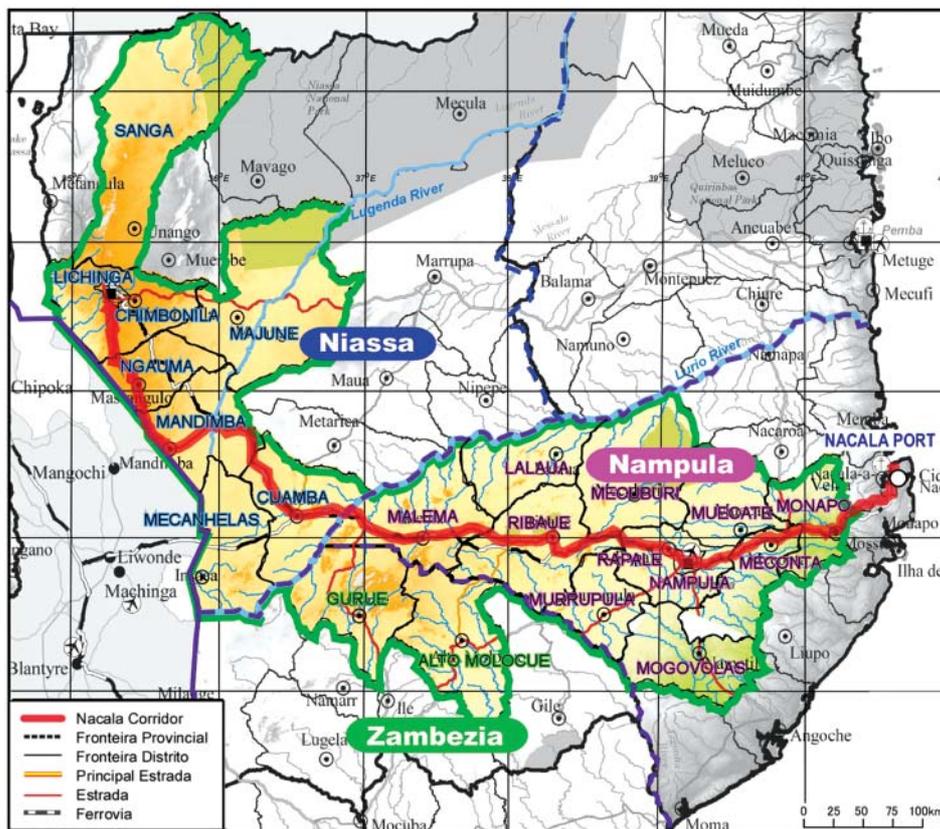
Fonte: <http://m.reliefweb.int/report/13334>

20. Quadro das Nações Unidas para Assistência ao Desenvolvimento de Moçambique 2012-2015. [www.undp.org.mz](http://www.undp.org.mz).

Os órgãos oficiais envolvidos nesta iniciativa destacam ainda que, nestes novos modelos, fatores como segurança humana, segurança alimentar, redução da pobreza no campo e preservação da natureza precisam ser considerados.

Lançado em 2009, o ProSavana é um programa de cooperação triangular entre os Governos de Moçambique, representado pelo Ministério da Agricultura, Brasil, pela ABC e Embrapa, e Japão, pela JICA. É atualmente a maior iniciativa de cooperação da história do Programa de Parceria Japão-Brasil (PPJB), lançado em 2000. Sua estrutura compreende a execução de projetos de cooperação técnica que, conforme consta nos documentos oficiais, contribuam para o desenvolvimento agrícola na região norte de Moçambique, conhecida como Corredor de Nacala.

## O corredor de Nacala



Fonte: ProSavana-PD

“Terão como foco o desenvolvimento agrícola, rural e regional de forma competitiva e com responsabilidade socioambiental, promovendo a segurança alimentar em Moçambique e o estabelecimento de um sistema produtivo orientado para o mercado” (JICA, 2011).

O Programa se inspira na experiência adquirida através dos programas brasileiros de desenvolvimento agropecuário realizados em parceria com a Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA), principalmente a experiência e os resultados do Prodecer e dos Programas de Assentamento Dirigido no Distrito Federal (PAD-DF), desenvolvidos a partir de 1973 (Embrapa, 2011).

Assim como o Prodecer, o ProSavana tem um horizonte de 20 anos. O estudo preparatório inicial, desenvolvido já no âmbito do Programa, definiu sua configuração em três componentes básicos:

- o primeiro, Projeto de Investigação (ProSavana-PI), inicialmente denominado ProSavana-TEC, tem por finalidade a melhoria da capacidade de pesquisa e transferência de tecnologia para o desenvolvimento agrícola no Corredor de Nacala;
- o segundo, Plano Diretor (ProSavana-PD), visa a elaboração de um plano abrangente de desenvolvimento agrícola para o Corredor de Nacala;
- o terceiro, Projeto de Extensão (ProSavana-PE), tem por objetivo a implementação de projetos produtivos pilotos no âmbito da agricultura familiar e comercial.

## Componente 1 – Melhoria da capacidade de pesquisa e transferência de tecnologia

O primeiro componente, ProSavana-PI, tem como objetivo central a melhoria da capacidade de pesquisa do Instituto de Investigação Agrária de Moçambique (IIAM) e a transferência de tecnologia em agricultura tropical. Outras atividades presentes neste componente visam o estabelecimento de modelos agrícolas adequados para a região e a realização de estudos para subsidiar a elaboração do Plano Diretor. Por esta razão, o ProSavana-PI foi o primeiro dos componentes do Programa a ser posto em prática. Iniciado em 2011, tem duração prevista de cinco anos. Seus objetivos específicos são (Embrapa, 2011):

1. Fortalecer a capacidade operacional e de disseminação de tecnologias dos Centros Zonais em Nampula e Lichinga;
2. Avaliar as condições socioeconômicas e desenvolver métodos e critérios para avaliação de impacto socioambiental decorrente do uso de novas tecnologias;
3. Identificar e avaliar as condições dos recursos naturais para a prática da agricultura no Corredor de Nacala e disponibilizar tecnologias para sua utilização sustentável;
4. Desenvolver e disponibilizar soluções tecnológicas eficientes para o cultivo agrícola e a produção animal; e
5. Desenvolver e validar, em conjunto com comunidades de produtores, tecnologias agrícolas em unidades demonstrativas selecionadas.

O ProSavana-PI, iniciado em maio de 2011, contará com o apoio de instituições de pesquisa em agricultura tropical do Japão e do Brasil, por meio da Embrapa, para qualificar as atividades de pesquisa e desenvolvimento do Instituto de Investigação Agrária de Moçambique (IIAM). A JICA e a ABC trabalham conjuntamente na coordenação das atividades.

Neste período serão aplicados US\$ 14,68 milhões, dos quais US\$ 6,19 milhões (42,1%) financiados pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC); US\$ 6,43 milhões (43,8%) custeados pela Embrapa em horas técnicas equivalentes; e US\$ 2,07 milhões (14,1%) custeados pelo Governo Moçambicano em horas técnicas equivalentes e outras despesas de custeio. (Embrapa, 2011)

## Componente 2 – Plano Diretor

Os estudos destinados à elaboração do Plano Diretor tiveram início em março de 2012, e sua versão final deverá estar concluída em outubro de 2013. Sua área de abrangência é de cerca de 14 milhões de hectares, onde residiam, em 2011, 4,3 milhões de pessoas. O Plano envolve 19 províncias, situadas em três distritos:

### – **Província de Nampula:**

Monapo  
Meconta  
Muecate  
Mogovolas  
Nampula  
Murrupula  
Mecuburi  
Ribáuè  
Lalua  
Malema.

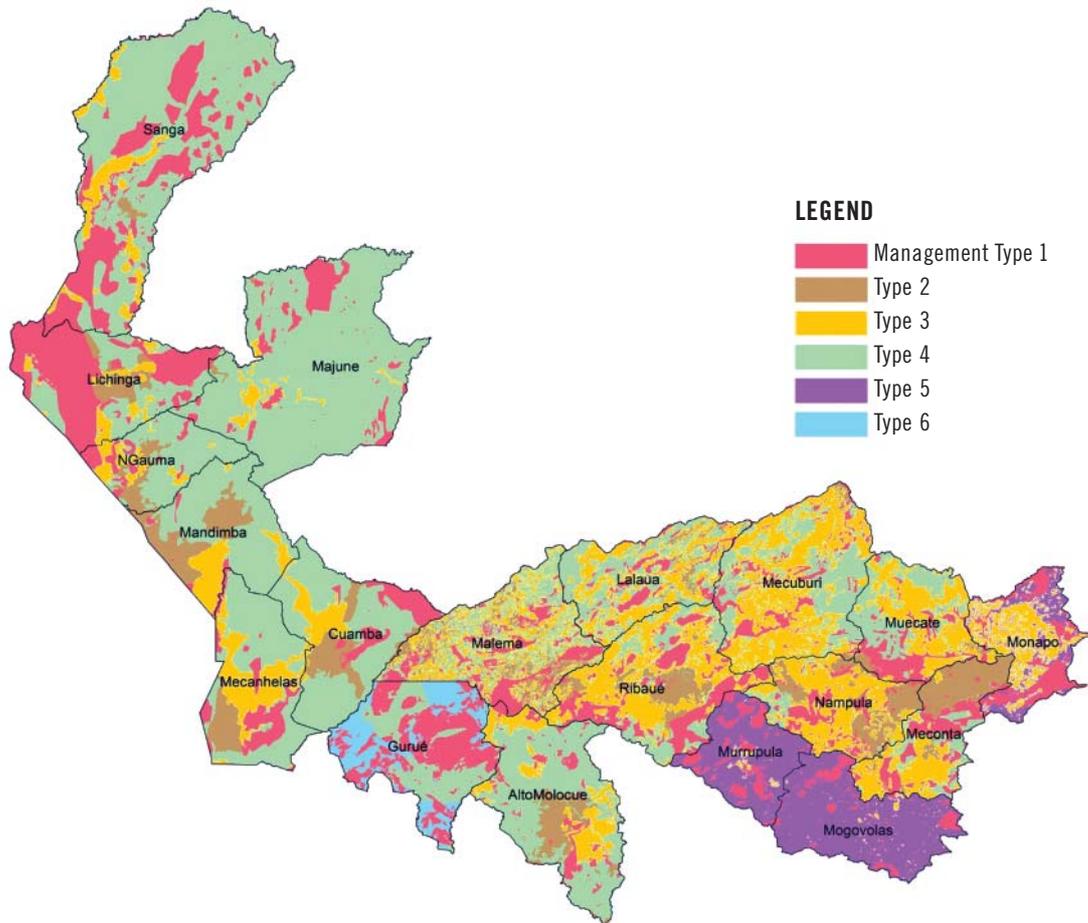
### – **Província de Niassa:**

Lichinga  
N'Gauma  
Mandimba  
Cuamba  
Sanga  
Majune  
Mecanhelas.

### – **Província de Zambézia:**

Gurué  
Alto Molocue.

## Zoneamento por tipo de gestão agrícola



Fonte: ProSavana-PD

Inicialmente, foi realizado um zoneamento das classes de gestão agrícola, visando à identificação dos possíveis arranjos produtivos e escalas de produção em cada distrito. Para isto, foram estabelecidas cinco etapas:

- a. Zoneamento ambiental, subdividindo os distritos em classes de vulnerabilidade ambiental.
- b. Zoneamento socioeconômico, levando em conta indicadores como população rural, infraestrutura de transportes, área cultivada e população alfabetizada.
- c. Vulnerabilidade socioambiental, enquadrando os distritos em quatro distintas classes.
- d. Mapeamento do uso e da cobertura dos solos.
- e. Escalas de produção, discriminando as áreas adequadas para a produção empresarial em grande escala, empresarial em média escala e familiar, em pequena escala.

Com base nestes referenciais, a região abrangida pelo Programa foi subdividida em seis distintas zonas, sendo estabelecidas para cada uma delas diferentes estratégias de desenvolvimento, conforme a seguir.

## Zona I – Abastecimento de alimentos para a área portuária de Nacala e culturas de alto valor

- 1) Principais culturas promovidas:
  - Milho para atender à demanda interzonal.
  - Mandioca, amendoim e legumes para atender à demanda interzonal, área do porto de Nacala e distritos costeiros.
  - Feijões, guandu e gergelim para atender à demanda interzonal e para exportação.
- 2) Instalação de plantas de processamento em pequena escala de milho e mandioca.
- 3) Substituição de velhos cajueiros e revitalização da indústria do caju.

- 4) Promoção da produção de algodão e das instalações de processamento relacionadas.
- 5) Apoio à irrigação com bombas de pequena escala para a produção agrícola.
- 6) Reforma de instalações de irrigação desativadas para a produção de alimentos e outras culturas de alto valor.
- 7) Estimular “agricultores líderes” a promover a formação de associações de produtores e cooperativas.
- 8) Desenvolvimento de logística para *commodities* agrícolas, ligando à zona portuária de Nacala e distritos costeiros.
- 9) Controle cuidadoso sobre novas expansões em terras agrícolas de Monapo.
- 10) “Reflorestamento”, a fim de prover biomassa, em substituição à produção de lenha a partir das árvores nativas.

## Zona II – Centro de agronegócio do Leste do Corredor de Nacala

- 1) Principais culturas promovidas:
  - Milho para atender à demanda interzonal.
  - Mandioca, amendoim e legumes para atender à demanda interzonal e para processamento.
  - Feijões, guandu e gergelim para atender à demanda interzonal e para exportação.
- 2) Instalação de plantas de processamento em pequena escala de milho, mandioca e arroz.
- 3) Desenvolvimento de agroindústrias de média e grande escalas.
- 4) Substituição de velhos cajueiros e revitalização da indústria do caju.
- 5) Promoção da produção de algodão e das instalações de processamento relacionadas.
- 6) Apoio à irrigação com bombas de pequena escala para a produção agrícola.
- 7) Reforma de instalações de irrigação desativadas para a produção de alimentos e outras culturas de alto valor.
- 8) Estimular “agricultores líderes” a promover a formação de associações de produtores e cooperativas.
- 9) Desenvolvimento de logística da Zona II para *commodities* agrícolas.
- 10) Controle cuidadoso sobre novas expansões em terras agrícolas de Monapo (uso efetivo das áreas em pousio e das áreas agrícolas com DUAT).
- 11) “Reflorestamento”, a fim de prover biomassa, em substituição à produção de lenha a partir das árvores nativas.
- 12) Recuperação da rodovia que liga Nampula a Mogovolas.

## Zona III – Desenvolvimento de silos no Corredor de Nacala

- 1) Promoção de grandes culturas, para cobrir todo o Corredor de Nacala, principalmente Nampula e Cuamba.
- 2) Promoção da produção vegetal, especialmente de cebola e alho.
- 3) Promoção da produção de soja para processamento (óleo comestível e ração animal).
- 4) Desenvolvimento de plantas de processamento em pequena escala de milho, sorgo e mandioca.
- 5) Desenvolvimento de agroindústrias de média e grande escalas de produção.
- 6) Promoção da produção de algodão e das instalações de processamento relacionadas.
- 7) Promoção da produção de tabaco.
- 8) Desenvolvimento da indústria avícola.
- 9) Apoio à irrigação com bombas de pequena escala para a produção agrícola.
- 10) Reforma de instalações de irrigação desativadas para a produção de alimentos e outras culturas de alto valor.

- 11) Estimular “agricultores líderes” a promover a formação de associações de produtores e cooperativas.
- 12) Desenvolvimento de fazendas empresariais e promoção da agricultura sob contrato (modelo de integração).
- 13) Uso efetivo das terras agrícolas em pousio e das áreas agrícolas com DUAT existentes.
- 14) Desenvolvimento de logística de *commodities* agrícolas ligando a Nacala, Nampula e Cuamba.
- 15) Recuperação de redes de estradas rurais.

## **Zona IV – Produção de culturas especiais de alto valor**

- 1) Promover a produção de legumes e batatas, aproveitando o clima frio.
- 2) Substituição de velhas árvores e revitalização da indústria do chá.
- 3) Desenvolvimento de plantas de processamento em pequena escala de milho, sorgo e mandioca.
- 4) Estimular “agricultores líderes” a promover a formação de associações de produtores e cooperativas.
- 5) Controle cuidadoso sobre novas expansões em terras agrícolas.
- 6) Recuperação e desenvolvimento de redes de estradas rurais.
- 7) “Reflorestamento”, para promover a substituição do uso de biomassa de árvores nativas.

## **Zona V – Centros de logística e processamento de commodities**

- 1) Principais culturas promovidas:
  - Milho e feijão para atender à demanda interzonal.
  - Produção de soja para processamento (óleo comestível e ração animal) e para exportação.
  - Vegetais para atender à demanda interzonal e para exportação para o Malawi.
- 2) Instalação de plantas de processamento em pequena escala de milho, sorgo e arroz.
- 3) Desenvolvimento de agroindústrias de média e grande escalas.
- 4) Promoção da produção de algodão e das instalações de processamento relacionadas.
- 5) Promoção da produção de tabaco.
- 6) Desenvolvimento da indústria avícola.
- 7) Desenvolvimento de sistemas de irrigação para a produção de alimentos e outras culturas de alto valor.
- 8) Estimular “agricultores líderes” a promover a formação de associações de produtores e cooperativas.
- 9) Desenvolvimento de fazendas empresariais e promoção da agricultura sob contrato (modelo de integração).
- 10) Uso efetivo das terras agrícolas em pousio e das áreas agrícolas com DUAT existentes.
- 11) Desenvolvimento de logística de *commodities* agrícolas ligando todo o país ao Malawi.
- 12) Desenvolvimento de indústrias de apoio à produção e ao processamento agrícola.

## **Zona VI – Cadeias de culturas especiais de alto valor**

- 1) Principais culturas promovidas:
  - Milho para atender à demanda interzonal e para processamento.
  - Produção de soja para processamento (óleo comestível e ração animal) e para exportação.
- 2) Promoção da produção de legumes, feijão branco e batatas, beneficiando-se das condições climáticas favoráveis.

- 3) Instalação de plantas de processamento de milho em pequena escala.
- 4) Desenvolvimento de agroindústrias de média e grande escalas.
- 5) Promoção da produção de tabaco.
- 6) Desenvolvimento da indústria avícola.
- 7) Reforma de instalações de irrigação desativadas para a produção de legumes, feijão branco, batatas e outras culturas de alto valor em Lichinga.
- 8) Estimular “agricultores líderes” a promover a formação de associações de produtores e cooperativas.
- 9) Desenvolvimento de fazendas empresariais e promoção da agricultura sob contrato (modelo de integração).
- 10) Desenvolvimento de logística de *commodities* agrícolas ligando a Zona a Cuamba, Pemba e Malawi.
- 11) Gerenciamento harmonizado da nova expansão de cultivos sobre áreas de interesse socioambiental.
- 12) Recuperação e desenvolvimento de redes de estradas rurais.

### ProSavana. Zoneamento da área de estudo



Fonte: ProSavana-PD

# Os conglomerados (Clusters)

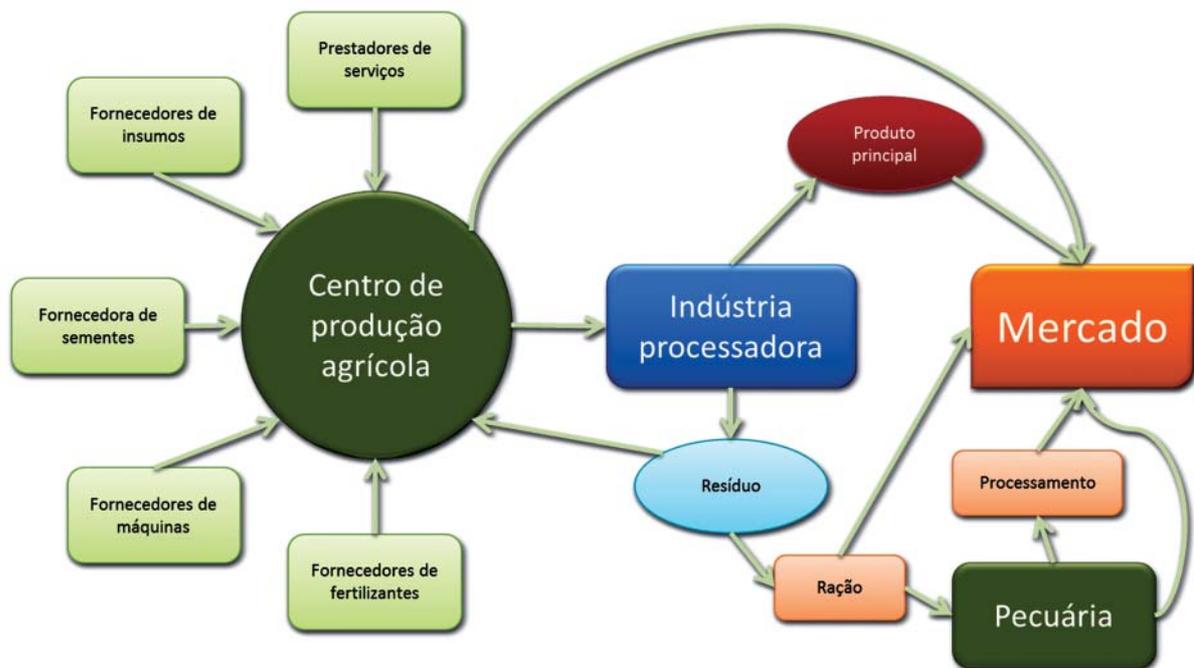
A versão intermediária do Plano Diretor do ProSavana, de março de 2013, assim define o conceito de conglomerados para o desenvolvimento agrícola:

Conglomerados são abordagens estratégicas para acelerar o desenvolvimento no interior de um determinado território. O eixo central do desenvolvimento dessas estratégias é a concepção de uma ou mais cadeias de valor, com potencial sinérgico e em contexto apropriado ao território, a fim de canalizar os esforços para a sua realização em período inferior ao que poderia ser obtido na ausência de ações integradas e específicas. Todos os produtores, empresas e instituições vinculados à cadeia central de valor, tais como fornecedores de insumos, fornecedores de máquinas, infraestrutura especializada ou entidades concorrentes representam os elementos constituintes de um conglomerado. Envolve canais de comercialização, consumidores, produtores de bens complementares e as empresas de setores afins. Podem também incluir instituições do governo, universidades, centros de treinamento e comércio. (ProSavana, 2013)

Os conglomerados de produção, definidos a partir do Zoneamento, apresentam-se como a base para o desenvolvimento político, social e especialmente econômico do Corredor de Nacala. Cada um deles irá abranger uma variedade de fornecedores agrícolas, industriais e empresas de serviços, onde estarão envolvidos desde produtores nacionais e estrangeiros corporativos até os pequenos produtores moçambicanos, trabalhado juntos e em sinergia com seus componentes. Estes conglomerados, além das sinergias internas, deverão também gerar sinergia entre si.

Segundo a versão intermediária do Plano Diretor (ProSavana, 2013), para as áreas identificadas como altamente vulneráveis, do ponto de vista social ou ambiental, foram recomendados conglomerados que permitirão a produção familiar de alimentos básicos, viabilizando o envolvimento de um número maior de agricultores, que produzirão alimentos de alto valor agregado, como hortigranjeiros e aves.

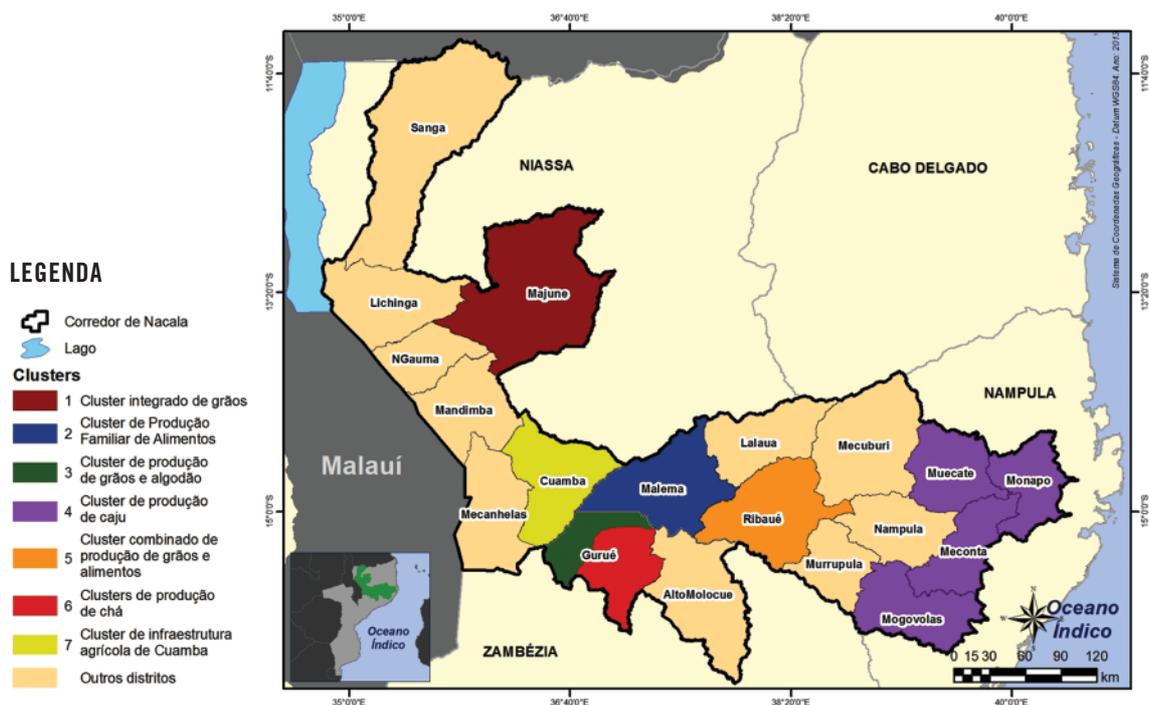
## Conceito de Cluster de Desenvolvimento



Fonte: ProSavana-PD

Como parte das recomendações desta versão do Plano Diretor, foi indicada a criação de sete conglomerados, conforme demonstrado no mapa a seguir, com vistas ao início das atividades do ProSavana.

## ProSavana: Conglomerados no Corredor de Nacala



Fonte: ProSavana-PD

As principais características de cada um destes sete conglomerados são descritas na tabela a seguir.

### Conglomerados Agrícolas Propostos

Conglomerado	Principal categoria de produção	Localização inicial sugerida	Componentes possíveis
<b>Integrado de Grãos</b>	Empresarial	Zona VI: Majune, expansível para a Zona V: N'gauma	Soja, Milho, Girassol, Capim elefante e Avicultura
<b>Familiar de Alimentos</b>	Familiar	Zona III: Malema	Milho, Mandioca, Algodão, Hortícolas e Amendoim
<b>Grãos</b>	Empresarial de Média e Grande Escalas	Zona V: Planície de Lioma (Posto Administrativo de Lioma, Gurué)	Soja, Milho, Algodão e Avicultura
<b>Caju</b>	Empresarial Média e Familiar	Zonas I e II: Monapo, Mogovolas, Meconta, Muecate	Castanhas de Caju, Milho, Feijões, Mandioca, Amendoim, Gergelim, Hortícolas e Eucalipto
<b>Integrado de Alimentos e Grãos</b>	Todas as categorias	Zona III: Ribauê	Soja, Milho, Algodão, Sementes, Hortícolas e Avicultura
<b>Chá</b>	Empresarial Média	Zona IV: Gurué e Familiar	Chá
<b>Infraestrutura Agrícola</b>	Atividades não agrícolas	Zona V: Cuamba	Infraestrutura, logística, insumos e serviços

Fonte: ProSavana-PD

## 1. Integrado de Grãos

O objetivo declarado é o de fortalecer a economia local com o cultivo e processamento de grãos, com destaque para soja, milho e girassol, associado a uma agroindústria de frangos, com capital privado. De início, uma única empresa será responsável pela gestão de toda a operação do conglomerado, atuando de forma vertical desde a aquisição de insumos até o processamento industrial.

A versão atual do Plano Diretor afirma que este conglomerado deve ser instalado inicialmente no distrito de Majune, na Província de Niassa, que apresentaria baixa vulnerabilidade social e ambiental. E que o modelo poderia ser replicado, com algumas restrições, no restante das Zonas I, V e VI.

## 2. Familiar de Alimentos

Seu objetivo seria o de formar e fortalecer agricultores familiares voltados para a produção de culturas alimentares e comerciais. Está previsto o cultivo de mandioca para fins industriais, consorciada com milho, amendoim e algodão. Serão envolvidos mil agricultores e o investimento será público, através da extensão fornecida pelo IIAM e Serviço Distrital das Atividades Econômicas (SDAE). A unidade industrial para processamento de mandioca será construída com recursos da iniciativa privada.

A região inicialmente recomendada para este grupo é o distrito de Malema, na Província de Nampula. A maior parte do distrito foi definida como sendo de baixa vulnerabilidade social e ambiental, além de possuir bom volume de recursos hídricos e boas condições do solo para o desenvolvimento da agricultura irrigada. A experiência também poderá ser desenvolvida em todas as zonas, se o processamento do milho for considerado como uma opção ao processamento da mandioca.

## 3. Grãos

Diversas iniciativas serão estruturadas com o objetivo de atrair investimentos, que devem ser público-privados, como obras de melhoria da infraestrutura local. O setor público deve ser envolvido por meio de parcerias e concessão de incentivos fiscais.

É recomendada a criação do conglomerado no distrito de Gurué, na Província de Zambézia. A região, segundo o relatório, tem áreas sujeitas a maior vulnerabilidade ambiental. Suas características e localização no Corredor de Nacala oferecem boas oportunidades de integração com os grupos 5 e 7.

## 4. Caju

O objetivo é estruturar a cadeia produtiva do caju através da formalização do comércio, do aumento da produção da castanha do caju, da agregação de valor ao produto, através de iniciativas públicas e privadas. As técnicas de produção precisam ser melhoradas. As organizações de economia solidária devem ser fortalecidas, com base em uma metodologia participativa, com o objetivo de desenhar uma cadeia produtiva sustentável. O projeto também pretende incentivar o plantio misto com outras culturas agrícolas, além de destinar 50% das áreas para culturas alimentares.

Em princípio, os distritos recomendados são Monapo, Mogovolas, Meconta e Muecate, em Nampula. Na região, atualmente, muitos produtores já cultivam o caju. A região também oferece boa vantagem logística, pois fica próxima à cidade de Nampula, um grande centro consumidor, e perto também do Porto de Nacala.

## 5. Integrado de Alimentos e Grãos

Visa estruturar a produção de sementes e a cadeia de produção de alimentos, trabalhando com a produção industrial e com os agricultores familiares, com incentivo à criação de associações de pequenos produtores. A produção de sementes será a atividade central, buscando atingir as metas de aumento de produtividade estabelecidas no Plano Diretor. Na fase inicial, haverá uma única empresa na produção de sementes, e os produtores serão a ela integrados sob contrato. Soja, algodão, girassol (cultivados pela empresa), milho, feijão-caupi, amendoim e gergelim (cultivados pelos agricultores familiares) serão os principais cultivos. Além da produção, a empresa será responsável pela aquisição de insumos e maquinário necessários à produção.

Inicialmente, o conglomerado será desenvolvido na Zona III, no distrito de Ribáuè, em Nampula. Poderá ser também desenvolvido nas zonas I, II, V e VI. Há boa infraestrutura, que assegura o escoamento da produção para Nampula e Cuamba, mercados consumidores, permitindo, assim, a distribuição de sementes por todo o Corredor de Nacala.

## 6. Chá

Este conglomerado será estabelecido em Gurué (distrito cuja província tem o mesmo nome), uma vez que a indústria de chá ali estabelecida é a única do país. O chá Gurué é marca famosa em Moçambique e cerca de 85% do total produzido são exportados. Devido à área agrícola disponível para outras culturas ser limitada na Zona IV, a indústria do chá deve desempenhar papel vital no desenvolvimento da economia local. Para revitalizar a indústria do chá, árvores com mais de 70 anos de idade serão substituídas por mudas de uma variedade melhorada, importadas do Malawi.

Além disso, será promovido pela Associação de Produtores de chá em Gurué um esquema de produção integrada. Um pacote de “reflorestamento” deve ser implantado, uma vez que a indústria do chá consome grande quantidade de madeira no processo de secagem das folhas, e a disponibilidade de lenha é baixa.

## 7. Infraestrutura Agrícola em Cuamba

Tem por objetivo o desenvolvimento da infraestrutura básica necessária, que inclui a distribuição de produtos e serviços voltados para o desenvolvimento da agricultura e do agronegócio. A atração de investimentos se dará através do estabelecimento de uma Zona Económica Especial (ZEE), que, com esta finalidade, oferecerá incentivos fiscais ao setor privado.

O distrito de Cuamba, em Niassa, na Zona V, deverá sediar o conglomerado pioneiro. A região está estrategicamente localizada no centro do Corredor de Nacala e, atualmente, tem infraestrutura pouco desenvolvida. O conglomerado também pode ser estabelecido nas zonas I, II, III e VI. Espera-se que uma série de iniciativas particulares de instalações agroindustriais, bem como de fornecedores de máquinas, insumos e serviços seja instalada em Cuamba após a criação da ZEE. Ações do governo para o desenvolvimento da infraestrutura social também são esperadas.

# Componentes do Plano Diretor

São 32 os projetos que compõem o Plano Diretor. Eles são divididos em duas categorias, de acordo com as características de suas atividades e os produtos esperados: Projetos Plataforma e Projetos Modelo Pioneiros para o Desenvolvimento de Conglomerados.

Para ambos, o critério para seleção daqueles considerados prioritários considera sua importância para atingir as metas de desenvolvimento previstas para cada zona na fase inicial do ProSavana (2014-2020). No caso dos Projetos Pioneiros, são considerados prioritários também aqueles que dependem da participação dos investidores privados.

## Projetos Plataforma

Visam criar o ambiente adequado para impulsionar a produção agrícola e agroindustrial, promovendo também o investimento privado. Estes projetos são em sua maioria aqueles a serem implementados ao longo de toda a Zona. Incluem-se também alguns projetos de produção de *commodities* que visam promover cadeias de valor especializadas em determinada área. Mais adiante, encontram-se detalhadas as características deste projeto e o papel da Embrapa em seu desenvolvimento.

## Projetos Modelo Pioneiros para o Desenvolvimento de Conglomerados

São aqueles que iniciam e lideram o desenvolvimento do conglomerado. São implantados e desenvolvidos pelo setor privado, fundamentalmente. Ainda que este tipo de projeto seja implementado inicialmente em uma determinada zona, pode expandir-se amplamente, em alguns casos, para além da mesma. Esses projetos são considerados experiências a serem absorvidas e reproduzidas.

# Estágio atual de implementação dos Projetos Piloto

Em setembro de 2012 foi lançado o Fundo para a Iniciativa de Desenvolvimento ProSavana (PDIF), com capita inicial de US\$ 750 mil, para financiar uma primeira etapa de atividades empresariais privadas. A origem dos recursos é o Ministério da Agricultura de Moçambique, com fundos provenientes da Ajuda Alimentar (Rodada Kennedy), concedidos pelo Governo japonês.

Uma chamada para apresentação de propostas foi anunciada em setembro e outubro do mesmo ano. Quatorze propostas de empresas do agronegócio foram apresentadas, tendo cinco delas sido selecionadas, em outubro e novembro de 2012. Desde então, estas empresas vêm desenvolvendo o cultivo de milho, soja, feijão e girassol, assim como a multiplicação de sementes, envolvendo agricultores familiares através de contratos de integração, conforme descrito na tabela seguinte.

## PDIF – As cinco primeiras empresas selecionadas

Empresa	Distrito	Produtos	Valor (MT 1.000)
Lozane Farms	Alto Molocue	Sementes (soja e milho), soja, hortigranjeiros	2.500
Ikuru	MonapoMogovolas	Girassol em Monapo e amendoins em Mogovolas	2.860
Oruwera	Murupula Mogovolas	Sementes de milho, amendoim e girassol	2.800
Matharia	Ribaue	Soja e tomate	1.640
Santos Agrícola	Meconta	Tomate, cebola, alho, repolho e cenoura	1.680

Fonte: ProSavana-PD

## Os Projetos de Rápido Impacto (QIPs)

Dentre os projetos definidos como prioritários no Plano Diretor, foram selecionados os chamados Projetos de Rápido Impacto (QIPs, na sigla em inglês). Os QIPs são definidos como aqueles que irão produzir resultados visíveis em curto prazo, como a melhoria da produtividade e o aumento da renda dos beneficiários. O conjunto dos critérios de elegibilidade dos projetos é o seguinte:

### QIPs – critérios para seleção dos projetos

1.	Produzir um impacto visível e atraente no curto prazo (1 a 6 anos)
2.	Simplicidade na formulação da estrutura de execução do projeto (pode fácil e rapidamente ser realizado sem trabalho preparatório prolongado)
3.	Nível de impacto na consecução do objetivo de desenvolvimento em conformidade com a estratégia de desenvolvimento zonal
4.	Nível de impacto na consecução do objetivo de desenvolvimento em conformidade com a estratégia de desenvolvimento de um conglomerado
5.	Elevado potencial de desenvolvimento da produção agrícola ou agroindustrial no Corredor de Nacala
6.	Disponibilidade de opções financeiras para a implementação do projeto (especialmente para investimentos privados)
7.	Grau de envolvimento dos agricultores de pequena escala (especialmente para investimentos privados)

Fonte: ProSavana-PD

Espera-se com estes projetos atrair doadores para financiar os projetos propostos no Plano Diretor do Corredor de Nacala. Além disso, eles serão utilizados para dar início às atividades preparatórias para o estabelecimento de conglomerados nas localidades previstas.

Em contraste com os projetos do setor público, os projetos de rápido impacto a serem desenvolvidos pelo setor privado serão autônomos em termos de formulação e implementação, que serão realizadas de acordo com o plano de negócios de cada empresa. No entanto, como a maioria destes projetos espera acessar o esquema financeiro de ProSavana a fim de cobrir os custos de investimento inicial, o órgão executivo do ProSavana deverá coordenar a formulação das atividades destes projetos, juntamente com as empresas do agronegócio e com os órgãos do governo, para assegurar a conformidade com os requisitos para acesso aos financiamentos.

## Projetos de Rápido Impacto – Setor Público

	Nome do Projeto	Localização	Zona
1	Registro (DUATs) de terras para médias e pequenas explorações agrárias	- Meplacha e Macoropa, em Cuamba - Chimbonila, Distrito de Lichinga - Nintulo, Distrito de Gurué - Luelele, Distrito de Mandimba	V V IV V
2	Melhoria viária para a comercialização	- Distritos de Gurué e Ngauma	V
3	Promoção da produção de sementes de qualidade em nível regional	- Centro do IIAM no Nordeste de Nampula - Propriedades dos principais produtores de sementes	III V VI
4	Promoção da produção de hortícolas irrigadas com pequenas bombas	- i) Monapo, ii) Meconta, iii) Ribaue ou Malema e iv) Mandimba	I/II/III/V
5	Replanteio de cajueiros	- Meconta, Monapo, Muecate, Nampula	I/II
6	Planejamento de reserva de áreas para investimentos de média e grande escalas	- Iapala, Distrito de Ribaue	III
7	Projeto modelo para produção familiar de alimentos	- Distrito de Malema	III
8	Desenvolvimento da zona econômica especial agrícola	- Distrito de Cuamba	V

Fonte: ProSavana-PD

As regiões sede e os grupos beneficiários com potencial para execução dos Projetos de Rápido Impacto serão identificados de acordo com as estratégias de desenvolvimento das zonas e conglomerados, assim como através de uma série de consultas com representantes dos governos distritais e provinciais.

Os investimentos das empresas do agronegócio, já em andamento ou planejados, também são considerados candidatos a estes projetos. Através de entrevistas com representantes destas empresas ou de revisão das propostas apresentadas em outubro de 2012, conforme já mencionado, foram identificados vários projetos com potencial para atender aos requisitos de obtenção de resultados em curto prazo. Estes projetos poderão ser iniciados em futuro próximo, a depender da disponibilidade de recursos para financiá-los.

## Projetos de Rápido Impacto – Setor Privado

	Projetos do Setor Privado	Localização	Zona
1	Expansão do setor avícola	- Lichinga	VI
2	Produção de soja sob contrato	- Lichinga	VI
3	Indústria de processamento de mandioca e produção de mandioca e outras culturas sob contrato com agricultores familiares	- Lioma (ou nos distritos de Malema, Cuamba ou Gurué)	III/V
4	Produção de soja sob contrato	- Lioma, distrito de Gurué	V
5	Produção de sementes sob contrato	- Distrito de Ribaué - Distrito de Mecubri	III I
6	Projeto de revitalização da indústria de chá: promoção da produção de chá sob contrato	- Distrito de Gurué	IV
7	Promoção da produção sob contrato com agricultores familiares de diversas culturas	- Distrito de Meconta (Namialo) - Distrito de Ribaué (Iapala)	I III
8	Construção de indústria para a produção de ração para aves e de farinha	- Distrito de Cuamba	V

Fonte: ProSavana-PD

## Aspectos sociais e ambientais dos Projetos de Rápido Impacto

De acordo com o relatório intermediário do Plano Diretor (ProSavana, 2013), considerações mais aprofundadas a respeito dos impactos sociais e ambientais dos QIPs serão apresentadas somente na versão final do Plano Diretor. Os 16 projetos propostos ainda não têm definidos com precisão seus beneficiários, nem sua localização ou magnitude. Por estas razões, não é possível, na etapa atual, dimensionar estes impactos. Neste estágio, o relatório avalia que 6 dos 16 projetos requereriam estudos completos de impacto ambiental ou relatórios simplificados de impacto.

O relatório toma como exemplo o Projeto 6, “Planejamento de reserva de áreas para investimentos de média e grande escalas”, cujo escopo abrange apenas pesquisa, delimitação e planejamento da área-alvo. Ações de desapropriação ou reassentamento involuntário em casos eventuais não estão incluídas no projeto. No entanto, assinala que o planejamento mais detalhado pode vir a apontar a necessidade de tais ações.

A expressão “terras disponíveis” constante neste Projeto não significa necessariamente que estas sejam terras livres, sobre as quais ninguém reivindica o direito de uso ou de ocupação. O termo quer dizer, apenas, que estas terras podem, potencialmente, ser disponibilizadas para projetos de investimento mais facilmente do que outras. A existência de direitos dos povos locais ao acesso à terra, à floresta, à água e outros recursos naturais não é ignorada. Além disso, neste QIP, é levado em conta o fato de que sobreposições e outros erros no cadastro oficial de DUATs têm sido relatados em vários casos, devido à insuficiente coordenação entre as instituições governamentais.

O relatório destaca também que outros QIPs que preveem a utilização do modelo de produção integrada precisarão adotar critérios justos para os agricultores familiares supostamente beneficiários, além de garantia mútua em caso de não cumprimento do contrato.

Ainda de acordo com o relatório, 6 dos 16 projetos apresentam risco potencial de que sua implementação venha a resultar na necessidade de execução de reassentamentos não voluntários. Apesar das incertezas, a versão final do Plano Diretor deverá apresentar termos de referência para a execução destas ações de reassentamento, a serem seguidos tanto pelas instituições públicas quanto pelas empresas privadas. Estes termos, como consta no próprio relatório, devem estar em consonância com a legislação de Moçambique sobre a matéria, cujas principais exigências são:

- Garantir a participação das pessoas ou famílias envolvidas no processo de reassentamento involuntário, reconhecendo e legitimando as organizações e lideranças;
- Preparar um Plano de Reassentamento considerando que o objetivo principal é melhorar as condições de vida das pessoas afetadas;

- Assegurar efetiva compensação das perdas, relativamente à atual situação de vida dos atingidos;
- Garantir assistência durante o processo de deslocamento e assentamento nos lugares selecionados, e
- Assegurar, no mínimo, a manutenção dos atuais padrões de vida (renda, produção, acesso a serviços), e buscar a elevação destes padrões.

## Componente 3 – Aperfeiçoamento da extensão agrícola

Este terceiro componente visa estabelecer um modelo de desenvolvimento agrícola inclusivo para as várias escalas de produção, apoiando agricultores e suas organizações, permitindo também o aumento da produção, através da oferta de serviços de extensão agrícola. Tem também por objetivo demonstrar e disseminar modelos de negócios com altos benefícios sociais liderados por empresas e grupos de agricultores.

# O ProSavana e o papel da Embrapa em Moçambique

A Embrapa está envolvida, através do chamado Programa Embrapa-ABC Moçambique, em algumas frentes de trabalho que, segundo a empresa, deverão “fortalecer o setor agropecuário daquela nação africana, por meio da adaptação de tecnologias brasileiras às condições específicas do país, do desenvolvimento institucional do Instituto de Investigação Agrária de Moçambique (IIAM) e da capacitação de seu quadro técnico”. (Embrapa, s/data)

O programa é composto, além do ProSavana-PI, por dois outros projetos que abrangem as principais áreas agrícolas daquele país.

## Plataforma

Projeto de Cooperação Técnica de Apoio à Plataforma para Investigação Agrária e Inovação Tecnológica em Moçambique (PIAIT). Tem por objetivo fortalecer o sistema de pesquisas agropecuárias em Moçambique através dos seguintes instrumentos:

1. Fortalecimento institucional do IIAM;
2. Fortalecimento do sistema de produção de sementes do país;
3. Estabelecimento de um sistema de gestão territorial para a agricultura;
4. Estabelecimento de um sistema de comunicação e informação para transferência de tecnologia;
5. Estabelecimento de um sistema de gestão, acompanhamento, monitoria e avaliação da Pesquisa Agropecuária.

O Projeto é uma cooperação trilateral entre o Brasil, os Estados Unidos e Moçambique. Tem como agências coordenadoras a ABC e a Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional (Usaid) e, como executores, a Embrapa e o Ministério da Agricultura de Moçambique. A Embrapa assim enuncia os resultados esperados deste projeto:

- Plano Estratégico de Investigação Agropecuária de Moçambique revisado.
- Planos Diretores dos Centros Zonais elaborados e validados.
- Diretrizes de política para produção e comércio de sementes estabelecidas com fortalecimento do setor.
- Infraestrutura física e de equipamentos revitalizada.
- Recursos humanos de setores do IIAM qualificados.
- Apoio técnico na preparação, edição e implementação de manuais operativos, normas e padrões para o setor de sementes realizado.
- Potencialidades dos recursos naturais para produção agrícola, com indicativos das áreas mais apropriadas a cultivos anuais, perenes e criações analisadas e mapeadas.

## ProAlimentos

Projeto de Apoio Técnico aos Programas de Nutrição e Segurança Alimentar de Moçambique, com a participação do Brasil, Estados Unidos e Moçambique. Visa fortalecer a capacidade técnica em regiões de Moçambique para a produção de hortaliças. Os resultados esperados são:

- Tecnologias, produtos e processos a serem transferidos ao IIAM recomendados.
- Sistemas de produção de hortaliças fortalecidos.
- Capacidade dos sistemas de pós-colheita e processamento agroalimentar estabelecida.
- Técnicos extensionistas e pesquisadores moçambicanos treinados e capacitados.
- IIAM fortalecido.

Para isto, serão treinados profissionais do IIAM e profissionais de extensão rural atuantes nas Direções Provinciais de Agricultura de Maputo e Gaza, além de famílias de pequenos produtores agrícolas das regiões de Moamba e Boane.

# O PAA África

---

O PAA África (*Purchase from Africans for Africa*) é um programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar de países da África para fornecimento de alimentos às escolas locais. Liderado pelo Brasil, seu principal financiador, conta com a parceria da FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura), que presta assistência técnica aos produtores; do PMA (Programa Mundial de Alimentos), responsável por adquirir os alimentos; e do DFID (Departamento do Reino Unido para o Desenvolvimento Internacional), que contribui com o componente de aprendizado. O Programa é inspirado na experiência brasileira do PAA (Programa de Aquisição de Alimentos).

O PAA brasileiro é uma das ações do Programa Fome Zero, que visa, na definição oficial, promover o acesso a alimentos às populações em situação de insegurança alimentar e a inclusão social e econômica no campo, por meio do fortalecimento da agricultura familiar. Também contribui para a formação de estoques estratégicos e para o abastecimento do mercado institucional de alimentos, que compreende as compras governamentais de gêneros alimentícios para fins diversos, permitindo ainda aos agricultores familiares que estoquem seus produtos para serem comercializados a preços mais justos.

O Programa propicia a aquisição de alimentos de agricultores familiares, com isenção de licitação, a preços compatíveis com os praticados nos mercados regionais. Os produtos são destinados a ações de alimentação empreendidas por entidades da rede socioassistencial, como restaurantes populares, cozinhas comunitárias e bancos de alimentos, e para famílias em situação de vulnerabilidade social. Além disso, também contribuem para a formação de cestas de alimentos distribuídas a grupos populacionais específicos.

O PAA é desenvolvido com recursos dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Desenvolvimento Agrário (MDA). Suas diretrizes são definidas por um grupo gestor coordenado pelo MDS, composto por mais cinco ministérios. É implementado por meio de cinco modalidades, em parcerias com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), governos estaduais e municipais. Para participar do Programa, o agricultor deve enquadrar-se no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Em 2012, foram adquiridos alimentos através do PAA, em todo o Brasil, no valor total de R\$ 597 milhões, cerca de US\$ 300 milhões, envolvendo em torno de 129 mil famílias de agricultores. (Conab, 2013)

Na mesma linha, outra importante iniciativa do governo federal é o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar). O PNAE prevê a utilização de, no mínimo, 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para alimentação escolar na compra de produtos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações. Prioriza os assentamentos de reforma agrária, comunidades indígenas e quilombolas. O FNDE transfere a verba às entidades executoras (estados, municípios e Distrito Federal). Em 2012, o orçamento total do programa foi de R\$ 3,3 bilhões. Ou seja, R\$ 990 milhões deveriam ser investidos na compra direta de produtos da agricultura familiar.

Para a primeira etapa do PAA África, desenvolvida em 2013, foram selecionados cinco países da África Subsaariana: Etiópia, Malawi, Moçambique, Níger e Senegal. Algumas características são comuns a estes países, além de quadros graves de desnutrição e fome:<sup>21</sup>

- O Programa ainda não foi absorvido pelas estruturas governamentais dos países. É considerado projeto de cooperação e assistência humanitária executado pela FAO e pelo PMA. Não há recursos financeiros para implementação mais autônoma por parte dos governos destes países.
- Os camponeses, que também vivem em condição de miséria, não dispõem, em geral, de recursos básicos, essenciais à produção e distribuição: sementes, fertilizantes, implementos agrícolas, energia, água, crédito, assistência técnica e infraestrutura de armazenagem e transporte.
- Em geral, as escolas também carecem da infraestrutura básica necessária. As crianças se alimentam no chão e a merenda é preparada em condições extremamente precárias por mulheres da comunidade. Devido à falta de condições para armazenar, preparar (não existem

**21.** Extraído de Nathalie Beghin, INESC/CONSEA. Notas do Talher de Compartilhamento de Conhecimento *Purchase from Africans for Africa* – PAA África, Dakar, Senegal, abril de 2013.

energia, água, cozinha) e servir (mesas, cadeiras, utensílios), a alimentação escolar consiste em rações de mistura de cereais fortificadas com vitaminas e minerais.

- A participação social praticamente não existe. Os agricultores familiares são considerados meros beneficiários do PAA África. Com raras exceções, as organizações da sociedade civil, quando não são proibidas de atuar, são cooptadas por estes governos.

Em reunião realizada no mês de abril de 2013 em Dakar, no Senegal, os governos dos países beneficiários avaliaram positivamente os efeitos do Programa verificados até aquele momento, destacando os seguintes aspectos: fortalecimento dos agricultores familiares, com aumento da produtividade, diversificação da produção, venda do excedente em melhores condições, melhoria da organização social dos camponeses e da alimentação escolar.

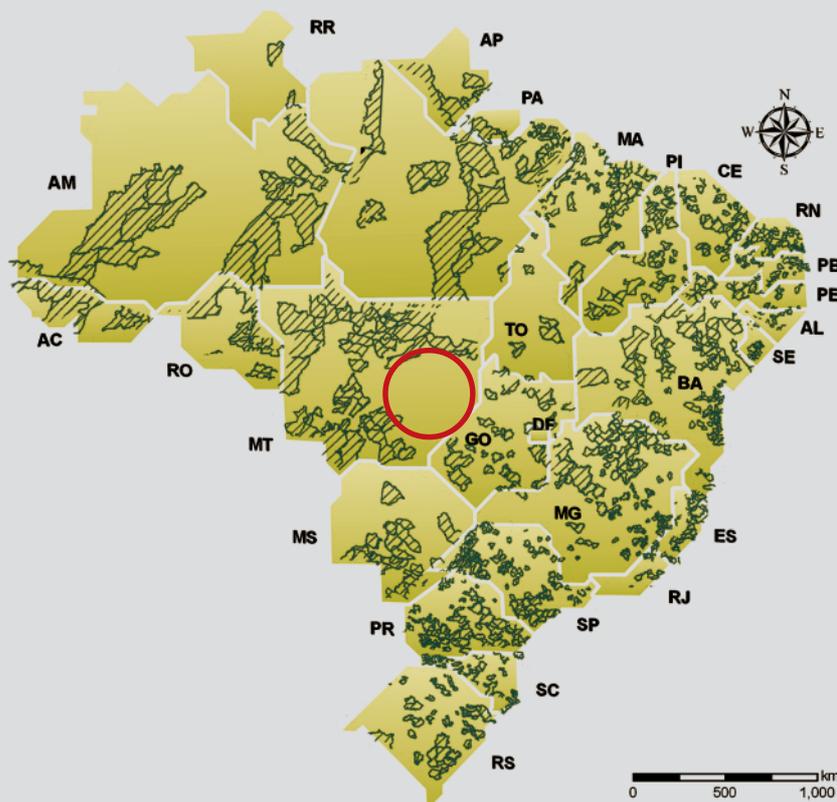
Neste mesmo encontro, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), do Brasil, e a Unac enfatizaram a necessidade da presença ativa da sociedade civil, incluídas as organizações de produtores, que devem participar ativamente do processo decisório do Programa, com direito a voz e voto, e não apenas na qualidade de beneficiárias. O Consea, em particular, destacou a importância do aperfeiçoamento das ações do Programa nos seguintes aspectos:

- Substituição da distribuição de produtos fortificados e pré-preparados efetuada pelo PMA (misturas de farinhas fortificadas com vitaminas e minerais que viram papinhas ou tortas) por alimentos frescos.
- Mudança do modelo agrícola posto em prática, baseado no uso intensivo de fertilizantes químicos e pesticidas. Devem ser empregadas práticas sustentáveis de produção e consumo de alimentos que assegurem a diversificação da produção e do consumo, respeitem os princípios da agroecologia e da sociobiodiversidade, desenvolvam sistemas agroflorestais e assegurem uma dieta saudável para os alunos.

Neste sentido, a implantação, através do ProSavana, de grandes áreas de monoculturas, constitui-se em sério obstáculo.

Observando a operação deste modelo no Cerrado brasileiro, constatamos que a monocultura, apropriando-se da terra, contaminando a água e o solo, termina por inviabilizar a produção familiar de alimentos em suas áreas de ação. Nestas áreas, 90% dos alimentos consumidos pela população local precisam ser trazidos de regiões distantes. E, nestas condições, programas de qualidade como o PAA e o PNAE se tornam muitas vezes inoperantes, como mostra a figura a seguir.

### Municípios atendidos pelo PAA em 2012



Fonte: Conab, 2013.

# O ProSavana e os interesses do agronegócio brasileiro

---

A terra em Moçambique é propriedade do Estado. No entanto, ela pode ser usada em regime de concessão, que está aberto a estrangeiros. A concessão se dá por 50 anos, renováveis por outros 50, mediante um imposto anual de 37,50 meticais (R\$ 21) por hectare. Este e outros fatores vêm despertando o interesse do agronegócio brasileiro, como bem ilustra uma declaração de Carlos Ernesto Augustin, presidente da Associação Mato-Grossense dos Produtores de Algodão: “Moçambique é um Mato Grosso no meio da África, com terra de graça, sem tanto impedimento ambiental e frete mais barato para a China. Hoje, além de a terra ser caríssima em Mato Grosso, é impossível obter licença de desmate e limpeza de área”.

E Francisco Basílio, chefe da Secretaria de Relações Internacionais da Embrapa completa: “Nessa região, metade da área é povoada por pequenos agricultores, mas a outra metade é despovoada, como existia no oeste da Bahia e em Mato Grosso nos anos 80.”<sup>22</sup>

Por razões como estas, o desenvolvimento do ProSavana vem sendo acompanhado de perto por representantes do empresariado vinculado ao agronegócio. Foram promovidas diversas atividades no Brasil, no Japão e em Moçambique, para apresentação do Programa. Chichava et. al (2013) mencionam como exemplo o seminário *Agronegócio em Moçambique: Cooperação Internacional Brasil-Japão e Oportunidades de Investimento*, realizado em São Paulo em abril de 2011. No seminário estavam presentes, entre outros, os Ministros Marco Farani, da ABC, e Wagner Rossi, ex-Ministro da Agricultura do Brasil. Uma das palestras, intitulada *A Internacionalização do Agronegócio Brasileiro*, foi ministrada pela Senadora Kátia Abreu, presidente da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA) e pelo Presidente do Conselho Superior do Agronegócio (COSAG), braço da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) voltado para o agronegócio. Também falaram representantes do governo moçambicano, da JICA, do Banco Mundial, além de empresários brasileiros e japoneses (da Mitsubishi Co.).

## Os primeiros agricultores e as primeiras empresas

Em seguida a estes eventos, mais de cem agricultores brasileiros, em sua maioria do estado do Mato Grosso, visitaram Moçambique. Em 2010, a senadora Katia Abreu, na qualidade de presidente da CNA, também visitou aquele país. Segundo autoridades moçambicanas, não há ainda investimentos assegurados. Contudo, investidores brasileiros já iniciaram parcerias com moçambicanos e portugueses, como é o caso da Agromoz, que recentemente iniciou atividades que visam à produção de soja, algodão e milho em Gurué, distrito da província de Zambézia.

Em setembro de 2011 foi anunciado que a primeira leva de 40 agricultores partiria de Mato Grosso rumo a Moçambique, organizada pela Associação Mato-Grossense dos Produtores de Algodão (Ampa). A missão se daria após convite do ministro da Agricultura de Moçambique, José Pacheco, que afirma: “Os agricultores brasileiros têm experiência acumulada que é muito bem-vinda. Queremos repetir em Moçambique o que eles fizeram no Cerrado 30 anos atrás. A grande condição para os agricultores é ter disposição de investir em terras moçambicanas. É preciso empregar 90% de mão-de-obra moçambicana”.<sup>23</sup>

Em abril de 2012, um grupo de empresários e representantes de governo visitou Nampula e Niassa e desenvolveu conversações em Maputo. O número total de participantes foi de 55: 19 do Japão, 16 do Brasil e 20 de Moçambique. Eles representaram oito grandes empresas de comercialização em

---

<sup>22</sup>. Patrícia Campos Mello. Moçambique oferece terra à soja brasileira. <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/me1408201102.htm>.

<sup>23</sup>. Agência EFE. Moçambique quer agricultores brasileiros produzindo no país. <http://revistagloborural.globo.com/Revista/Common/0,,EMI257494-18077,00-MOCAMBIQUE+QUER+AGRICULTORES+BRASILEIROS+PRODUZINDO+NO+PAIS.html>.

larga escala e uma empresa japonesa de engenharia, uma fábrica no Brasil, o setor público e proprietários rurais no Brasil.

Em 2012, a SLC, empresa brasileira que tem uma das maiores áreas de plantio de grãos do Brasil, anunciou que também pretendia plantar soja em Moçambique, iniciando a produção em escala comercial a partir da safra 2015/2016. A empresa, no entanto, anunciou em fevereiro de 2013 ter desistido de seus projetos de expansão para além das fronteiras do país, por acreditar que ainda há muito potencial de crescimento a ser explorado no Brasil.<sup>24</sup>

---

<sup>24</sup>. Fabiana Batista. SLC Agrícola confirma planos de crescimento. [http://www.mzweb.com.br/SLCAgricola2009/web/conteudo\\_pt.asp?idioma=0&tipo=31013&conta=28&id=168382](http://www.mzweb.com.br/SLCAgricola2009/web/conteudo_pt.asp?idioma=0&tipo=31013&conta=28&id=168382)

# Camponeses moçambicanos em alerta

---

Através de declaração divulgada em outubro de 2012, a Unac afirma sua forte preocupação com os fundamentos do ProSavana e ausência de um processo transparente e participativo de formulação do Programa, que exclui as organizações camponesas e outras, representantes da sociedade civil moçambicana. Sobre a anunciada presença do agronegócio brasileiro, afirma:

*“Condenamos a vinda em massa de agricultores brasileiros que se dedicam ao agronegócio, transformando camponesas e camponeses moçambicanos em seus empregados e em trabalhadores rurais”.*<sup>25</sup>

Sobre o Programa como um todo, destacamos algumas das preocupações expressas no documento:

- Reassentamentos não voluntários e expropriação de terra dos camponeses, para dar lugar a megaprojetos de monoculturas;
- A demanda por milhões de hectares de terra, quando a realidade mostra a indisponibilidade dessas áreas, hoje utilizadas por camponeses com técnica de pousio;
- O surgimento de Comunidades Sem Terra em Moçambique, como resultado dos processos de expropriações de terras e reassentamentos;
- Empobrecimento das comunidades rurais e redução das alternativas de sobrevivência;
- Poluição dos recursos hídricos, como resultado do uso de pesticidas e fertilizantes químicos, bem como o empobrecimento dos solos;
- Desequilíbrio ecológico, como resultado do desmatamento de extensas áreas florestais para dar lugar aos projetos de agronegócio.

---

<sup>25</sup>. Pronunciamento da Unac sobre o Programa ProSavana. <http://www.unac.org.mz/index.php/7-blog/39-pronunciamento-da-unac-sobre-o-programa-prosavana>.

# O modelo agrícola do Cerrado brasileiro

---

A partir do início dos anos 1970, o Estado pôs em prática diversos programas de desenvolvimento do Cerrado, baseados em uso intensivo de tecnologia e capital e no preço baixo das terras, favoráveis à mecanização. Em pouco tempo, o Cerrado adquiriu grande importância na produção agrícola brasileira. Esses projetos tiveram como polo irradiador o oeste de Minas, espalhando-se gradativamente, até os dias atuais, para os outros estados incluídos na área do bioma (Ribeiro, 2002). Dentre estes, o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (Polocentro) e o Prodecer são considerados os programas de maior importância na região.

Destaca-se também a criação, em 1973, da Embrapa. Seu objetivo era criar e difundir tecnologia, visando o aumento da produtividade no setor agrícola, aumentando os excedentes exportáveis (Oliveira, 2000). Em 1975, seriam criadas a Embrapa Soja e a Embrapa Cerrados, que contribuiriam em seguida para o desenvolvimento de sementes adaptadas ao clima tropical, viabilizando a extensão da produção às regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste.

Baseado na concepção de polos de crescimento, o Polocentro, criado em 1975, selecionou 12 áreas de Cerrado nos estados de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul com alguma infraestrutura e bom potencial agrícola. Essas áreas receberam recursos para investimentos em melhoria da infraestrutura, enquanto fazendeiros dispostos a ali cultivar puderam participar de um programa extremamente generoso de crédito subsidiado, sendo 25% dos recursos destinados à pesquisa agropecuária, assistência técnica, armazenamento, transportes e eletrificação rural. Dessa forma, o programa incorporou em cinco anos três milhões de hectares do Cerrado em lavouras, pastagens e reflorestamentos, podendo ser considerado aquele de maior impacto sobre a agricultura neste bioma. (Fleury, 2007)

Outro fator importante, ao lado do desenvolvimento tecnológico, foi o crédito agrícola. As linhas de crédito do governo estavam atreladas à compra de insumos modernos, ampliando a dependência do setor agrícola ao da produção de insumos. O Estado fornecia incentivos e subsídios e, assim, criava demanda para os produtos do complexo agroindustrial. Durante esse período, as grandes fazendas eram consideradas mais adequadas à modernização que as pequenas propriedades e, por isso, contavam com privilégios creditícios. (Oliveira, 2000)

Beneficiando estes setores, a ação do Estado na capitalização da região provocou, também, mudanças em sua estrutura fundiária e produtiva, a partir da especialização em alguns produtos agrícolas, com ênfase nos grãos e na pecuária intensiva e mudanças nas relações de trabalho, em que a mão de obra temporária passou a predominar.

Embora o Polocentro tivesse fixado que 60% da área explorada deveriam ser destinados às lavouras, houve uma nítida tendência à pecuarização das atividades produtivas, pouca diversificação de cultivos e concentração na produção da soja. Por outro lado, não ocorreu incremento da mão de obra, apesar da grande extensão das áreas. Pelo contrário, houve decréscimo na relação entre pessoal ocupado e área cultivada.

Do ponto de vista da estrutura fundiária, ocorreu redução das pequenas propriedades, levando à aceleração da decadência do pequeno produtor rural. A introdução de culturas como soja, café e trigo e a implementação da infraestrutura elevaram o preço das terras. Nesse sentido, estes programas transformaram-se em reforço às condições estruturais de desigual distribuição de terras e de renda nas regiões onde atuou, não oferecendo alternativas para atingir, na origem, o problema da ocupação e da migração rural. (Oliveira, 2000)

A partir de 1979, o Polocentro começou a ser desativado, e alguns autores afirmam que esse fato relaciona-se com a aceleração das negociações entre os governos brasileiro e japonês para a implantação do Prodecer.

# O Prodecer

---

Dentre os diversos programas de desenvolvimento da agropecuária do Cerrado no período aqui analisado, o Prodecer é considerado, por suas características particulares, aquele que mais contribuiu para a institucionalização do modelo de produção agrícola altamente tecnificado hoje predominante nesta região do Brasil.

O Japão é um país fortemente dependente de importações de produtos agrícolas. No caso da soja, aquele país importa em média 90% de suas necessidades, voltadas basicamente para a alimentação de animais criados em regime de confinamento. No início dos anos 1970, sob uma seca prolongada, o governo dos Estados Unidos, maior produtor e exportador mundial de soja, decidiu impor um embargo às exportações do produto, privilegiando o abastecimento de seu mercado doméstico, causando não só escassez, mas também uma disparada dos preços no mercado internacional da soja.

O governo japonês decidiu, a partir daí, investir na ampliação da oferta mundial do produto, diversificando suas fontes de abastecimento, o que contribuiria para a estabilidade de preços no mercado internacional. A estratégia do Japão é simples e já ocorreu no Brasil também com outros produtos, como o alumínio na região Norte. Através da disponibilidade de créditos, os japoneses estimulam a ampliação da oferta de produtos de seu interesse no mercado mundial, fazendo com que o preço internacional diminua.

No caso do Prodecer, interessava ao governo brasileiro, em primeiro lugar, a entrada do investimento estrangeiro para proporcionar maior equilíbrio ao balanço de pagamentos. Neste mesmo sentido, o Brasil se interessava na expansão de sua produção e exportação de grãos, e na conseqüente entrada de divisas.

Para viabilizar a produção de grãos, era necessário não só o capital japonês, mas também a cooperação técnica, que visava superar as restrições tecnológicas que inviabilizaram, até aquele período, a produção de grãos em larga escala hoje característica da região. Assim, o objetivo do programa foi o de estabelecer áreas de produção que pudessem abastecer o mercado internacional, como forma de regular a oferta de produtos e, conseqüentemente, forçar a queda de seus preços, com especial ênfase na soja. O programa seria desenvolvido com a participação de capitais públicos e privados de ambos os países.

Como mostra Inocêncio (2010), o Brasil já havia implantado, além do Polocentro, o Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba (Padap) e o Programa de Crédito Integrado do Cerrado (PCI). Possuía, portanto, uma infraestrutura básica, o que reduzia os custos dos investimentos, que se direcionaram prioritariamente para o preparo do solo. O sistema de escoamento da produção ficou a cargo dos governos brasileiros, principalmente no nível estadual. Houve também melhoria da malha intermodal nacional ao longo dos anos subseqüentes, através de financiamentos japoneses, mas, a princípio, todo o dinheiro investido tinha a finalidade de aumentar a produção de grãos, com destaque para a soja, mas incluindo também sorgo e milho.

Em 1978 foi fundada a empresa *holding* japonesa, que recebeu a denominação de *Japan-Brazil Agricultural Development Cooperation* (Jadeco), sediada em Tóquio. Em outubro do mesmo ano, foi instituída a *holding* brasileira, denominada Companhia Brasileira de Participação Agroindustrial (Brasagro), sediada em Belo Horizonte-MG. Com investimento de 49% da Jadeco e de 51% da Brasagro, foi fundada, em novembro de 1978, a empresa coordenadora da implantação do programa, a Companhia de Promoção Agrícola (Campo).<sup>26</sup>

Assim estruturado, o Prodecer assegurou a presença direta do governo japonês em vários níveis do programa, como a seleção de áreas, a concessão de créditos, o monitoramento das atividades produtivas e a avaliação de desempenho. Como os programas anteriores, este também se utiliza do instrumento de crédito supervisionado aos colonos selecionados para a composição dos núcleos agrícolas estabelecidos pelos responsáveis pelo programa.

O Prodecer atuou na seleção de áreas para a instalação dos projetos; na seleção de colonos, geralmente provenientes das regiões Sul e Sudeste do país; na organização da produção (tipos de lavouras e tecnologias utilizadas); na organização dos produtores, por meio do incentivo à criação de cooperativas (geralmente vinculadas a outras, maiores, tais como a extinta Cotia); na organização da comercialização; no assessoramento aos governos federais e estaduais para a instalação da infraestrutura requerida, como transporte, energia e comunicação. (Oliveira, 2000)

---

26. CAMPO. Prodecer. <http://tempuscomunicacao.com/campo/proceder/>.

Quanto à prioridade estabelecida para os agricultores experientes das regiões Sudeste e Sul do país, Ribeiro (2005) observa: “O colono do Cerrado não é o migrante nordestino ou o minifundiário ou sem-terra do Sul, mas agricultores selecionados pela sua capacidade empresarial e potencialidade de implantar todo o pacote tecnológico, que já vinha sendo desenvolvido para a exploração agrícola daquela região” (Ribeiro, 2005).

O Prodecer se desenvolveu em três distintas etapas. A primeira (Prodecer I) foi iniciada em 1980, por meio de projetos de colonização e empresas de capital misto nos municípios de Coromandel, Iraí de Minas e Paracatu, no estado de Minas Gerais, em uma área de 70 mil hectares. A segunda fase é subdividida em duas etapas, a piloto e a de expansão, sendo implantada em Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Bahia a partir de 1985, superando os 200 mil hectares. O Prodecer III, iniciado em 1993, foi desenvolvido nos estados do Maranhão e Tocantins, respondendo pela ocupação de 40 mil hectares em cada um dos projetos.

Todos esses programas e políticas públicas fizeram com que o Brasil se tornasse um dos maiores produtores de grãos e de carnes do mundo. No caso da soja, pode-se observar a participação crescente da produção na região do Cerrado, durante a vigência destes programas, no total da produção brasileira.

### Contribuição do Cerrado na produção de soja no Brasil, de 1970 a 2012

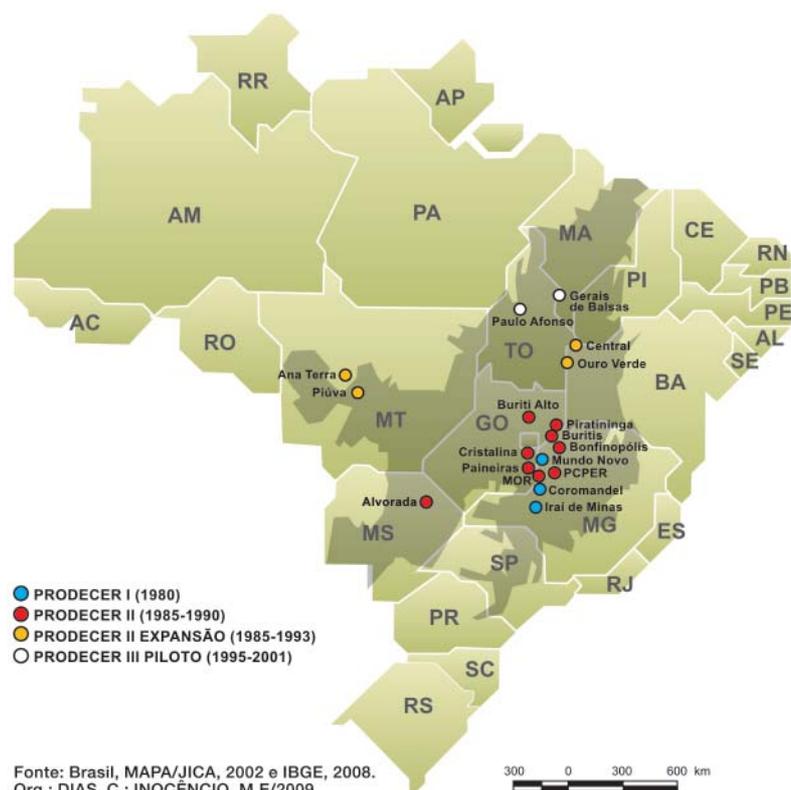
Ano	Produção (1.000 t)		Participação do Cerrado (%)
	Brasil	Cerrado	
1970	1.509	20	1,4
1975	9.893	434	4,4
1980	15.156	2.200	14,5
1985	18.278	6.630	36,3
1990	19.850	6.677	35,2
1995	25.934	12.586	48,5
2000	31.644	15.670	49,5
2012	82.628	52.038	63,0

Fonte: Bickel, 2004, Conab e IBGE

### Brasil: projetos do Prodecer I, II e III

Uma característica especial do Prodecer foi a falta de transparência de suas atividades. Marcado pelo signo da ditadura militar, vigente em quase todo o período em que foi negociado, o Prodecer não estabeleceu consulta aos setores sociais sobre sua continuidade e suas estratégias.

Pelo lado do Japão, o objetivo maior de reforçar a oferta internacional de soja foi alcançado. Além disso, o programa foi um instrumento de cooperação técnica que permitiu aos parceiros japoneses conhecimento científico sobre uma das maiores áreas do mundo que são as savanas, neste caso o Cerrado. Do lado brasileiro, constituiu-se em fonte de divisas para o investimento interno em uma área promissora para o agronegócio. (Oliveira, 2000)



Fonte: Brasil, MAPA/JICA, 2002 e IBGE, 2008.  
Org.: DIAS, C.; INOCÊNCIO, M.E/2009

# Outros programas desenvolvidos com o Japão no período

---

A soja e outros grãos não foram as únicas *commodities* que atravessaram crises de oferta e disparadas de preços no mercado internacional. As duas crises mundiais do petróleo, em 1973 e 1978, trariam problemas também para o Japão, grande consumidor de insumos cuja produção exige considerável volume de energia. E, através da JICA, o Japão investiria, da mesma maneira como fez no caso do Prodec, na ampliação da produção no Brasil de outras *commodities*, assegurando a redução do preço internacional destes produtos e, ao mesmo tempo, o abastecimento de suas indústrias. Destacam-se dentre estes projetos os da celulose, do aço e do alumínio, conforme descreve a própria JICA (2009):

## Celulose Nipo-Brasileira (Cenibra).

No início da década de 60 o Japão viu sua demanda por papel crescer e enfrentava o problema da instabilidade no abastecimento de matéria-prima. As atenções se voltaram então para o eucalipto brasileiro, como possível fonte de abastecimento estável e de longo prazo. Foi lançado, então, pela Companhia Vale do Rio Doce (atual Vale) e várias empresas japonesas, um projeto conjunto, sendo criada, em 1973, a Celulose Nipo-Brasileira S.A. (Cenibra). A celulose produzida pela empresa é branca, de alta qualidade e baixo custo, possuindo alta competitividade internacional.

## Albras e Alunorte: Alumínio da Amazônia

Em 1967 foi descoberto um grande depósito de bauxita à montante do Rio Amazonas, tendo sido solicitada cooperação do Japão para promover sua exploração, processamento e exportação. Para o Japão, isso ia de encontro ao seu interesse em garantir matéria-prima estável e diversificar as fontes de abastecimento. Assim, foram criadas, também em conjunto com a Vale, a Alumínio Brasileiro S.A. (Albras), empresa de refino de alumínio, e a Alumina do Norte do Brasil S.A. (Alunorte), empresa produtora de alumina. Atualmente, 10% do minério de alumínio importado pelo Japão provém da Albras. Além disso, um porto foi construído próximo às duas indústrias, o Porto de Vila do Conde, que permite a ancoragem de navios de 40 mil toneladas, que contou com a cooperação financeira reembolsável (empréstimo ODA) do Japão para a sua construção. Em 2010, a Vale vendeu sua parte no negócio à norueguesa Norsk Hydro.

## Usiminas

O plano de industrialização do governo Kubitschek previu a construção de usinas siderúrgicas nacionais para dobrar a produção de aço em cinco anos e, para tanto, foi solicitada cooperação técnica e financeira do Japão. Para aquele país, as expectativas eram o ingresso da indústria siderúrgica japonesa no exterior e o aumento da exportação de sua marca, assim como o fortalecimento das relações com o Brasil, o que acabou resultando na nipo-brasileira Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. (Usiminas), inaugurada em 1962 com a cooperação nos aspectos financeiro, tecnológico e de equipamentos.

# A JICA

---

Muito antes do término do Prodecer, as atividades de cooperação entre o Brasil e o Japão iniciariam uma nova etapa, visando à expansão destas atividades em outros países. Fundada em 1974, a JICA é a agência do governo japonês responsável pela Assistência Oficial para o Desenvolvimento (do Inglês ODA), que hoje atua em mais de 150 países. A Agência é atualmente responsável por três formas de assistência internacional:

- Cooperação Técnica, através do envio de peritos, doação de equipamentos e promoção de treinamento no Japão. São desenvolvidos também projetos de pesquisas conjuntas entre as instituições científicas dos países parceiros.
- Empréstimo ODA, com juros favorecidos. O Japão realiza cooperação financeira com o Brasil desde 1981. Já foram executados projetos nas áreas de infraestrutura portuária, transporte, irrigação, eletrificação, água e esgoto, etc.
- Cooperação Financeira Não Reembolsável em diversas áreas, tais como meio ambiente, agricultura, infraestrutura e saúde.

## Áreas prioritárias de Cooperação com o Brasil

Em conjunto com o governo brasileiro, a JICA definiu como prioritárias para fins de cooperação as seguintes áreas: (JICA, 2011)

**1. Meio Ambiente** (medidas contra mudanças climáticas e ordenamento do meio ambiente urbano). A JICA informa que vem atuando: (1) em medidas contra mudanças climáticas, através da conservação dos ecossistemas e uso sustentável dos recursos naturais (conservação da Floresta Amazônica, produção de biocombustíveis, etc.); (2) no combate aos problemas de meio ambiente urbano, como poluição atmosférica causada por congestionamentos ou poluição da água.

**2. Desenvolvimento Social** (redução das desigualdades). A JICA, segundo a própria agência, vem realizando cooperação visando à redução da desigualdade através de ações de desenvolvimento agrícola no Cerrado e Caatinga (semiárido), e de melhoria da segurança e da saúde nos centros urbanos.

**3. Promoção da Cooperação Triangular.** A JICA também afirma promover a Cooperação Triangular, a partir dos recursos e do *know-how* que o Brasil e o Japão detêm para prestar assistência a terceiros países em desenvolvimento. Brasil e Japão executam esta cooperação desde 1985, sobretudo para o desenvolvimento da capacidade institucional na América Latina, África e, mais recentemente, também na Ásia. Os dois países lançaram naquele ano o Programa de Treinamento para Terceiros Países (TCTP), para que fosse executado, prioritariamente, em países da América do Sul e Central, países africanos de língua portuguesa e o Timor Leste, com os custos divididos entre o Japão e o Brasil. (ABC e JICA, 2010)

# Programa de Parceria Japão-Brasil (PPJB)

---

Em 2000 os dois países celebraram o Programa de Parceria Brasil-Japão (PPJB), para estimular a cooperação triangular, com atenção especial na América Latina e nos países africanos de língua portuguesa, priorizando áreas como mudanças climáticas, doenças infecciosas, segurança alimentar, segurança pública, entre outras. Os projetos a serem desenvolvidos são acordados anualmente em seu Comitê de Planejamento, composto por representantes da ABC e da JICA. O primeiro país a hospedar estes projetos foi Angola, em 2007. Estão em vigor naquele país, atualmente, o Programa para o Fortalecimento do Sistema de Saúde de Angola (ProFORSA) e o Programa de Formação Profissional na Área de Construção Civil de Angola (ProMOCC).

## Pesquisas em andamento na parceria Brasil-Japão

### Etanol de cana

Está em andamento pesquisa conjunta com o objetivo de contribuir para consolidar técnicas que extraíam o etanol a partir de partes não comestíveis da cana-de-açúcar, como o bagaço ou folhas secas. Pelo lado brasileiro, atuam as Universidades Federais do Rio de Janeiro e de Santa Catarina. Pelo lado japonês, o Centro de Pesquisa de Biomassa do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia Industrial Avançada.

### Soja transgênica resistente à seca

A soja ocupa lugar de destaque entre os estudos para a obtenção de variedades resistentes à seca, especialmente por ser o principal grão cultivado no país, com expectativa de colheita de mais de 80 milhões de toneladas na safra 2012/2013 (Conab, 2012). As pesquisas tiveram início em 1990, por iniciativa da Embrapa Soja, de Londrina, PR, que começou a trabalhar com variedades convencionais, mas logo passou à transgenia, técnica que ganhava força no final daquela década. Os estudos tomaram um rumo decisivo a partir de 2003, com a parceria entre o órgão brasileiro e a Japan International Research Center for Agricultural Sciences (Jircas), empresa de pesquisa vinculada ao governo japonês.

Foram os japoneses que, no final da década de 1990, patentearam o gene denominado Dreb (sigla em inglês para proteína de resposta à desidratação celular), que codifica uma proteína e aciona as defesas naturais da planta contra a perda de água. Bahia e Mato Grosso do Sul, além dos estados da região Sul, devem figurar entre os alvos de cultivares desta soja mais resistente à estiagem, que deve estar disponível aos agricultores por volta de 2016. No caminho da internacionalização dos estudos, a Embrapa Soja assinou em 2010 um projeto com a JICA. O objetivo é testar o gene Dreb e outros que possam conferir à planta resistência à seca e ao calor. O Brasil participa ainda da segunda fase do sequenciamento do DNA da soja, na qual os pesquisadores procuram identificar a função de cada gene no desenvolvimento do grão.<sup>27</sup>

Não é apenas na soja que vem sendo testado o gene Dreb no Brasil: também algodão, cana, milho e feijão foram incluídos na parceria com o Jircas, ao final de 2007. No caso do feijão, que possui grande importância na dieta nutricional dos brasileiros e do qual o país é o maior produtor mundial (estima-se uma safra de 3,3 milhões de toneladas no ciclo 2012/2013), há três outros genes que estão sendo analisados para verificar o nível de resistência ao déficit de água. Regiões como o sul da Bahia, norte de Minas Gerais, Goiás, São Paulo e Mato Grosso estariam entre aquelas destinadas à oferta de uma variedade de feijão resistente à estiagem.

---

27. Mariana Caetano. Grãos com menos sede. Globo Rural, 15/03/10. <http://revistagloborural.globo.com/GloboRural/0,6993,EEC1709230-2454,00.html>.

# A cadeia produtiva do agronegócio

---

A produção agrícola sob a forma de grandes áreas de monoculturas, como no caso da soja e do milho, não atrai apenas a presença de grandes fazendeiros. Estão presentes na cadeia produtiva destas culturas grandes empresas multinacionais, dedicadas à produção de máquinas, equipamentos e insumos agrícolas. São elas que se apropriam da maior parte da renda gerada a partir da produção agrícola.

As principais empresas da cadeia produtiva da soja são quatro grandes multinacionais, que comercializam os grãos adquiridos de agricultores: Bunge, Cargill, ADM (norte-americanas) e Dreyfus (francesa). Juntas, elas compram cerca de dois terços da soja produzida no Brasil. Em 2010, Bunge, Cargill e ADM foram responsáveis por quase 60% das exportações brasileiras de soja. As empresas nacionais do setor têm participação mais reduzida, destacando-se a Amaggi, Coamo e Caramuru.

É crescente a participação das quatro multinacionais na produção do biodiesel elaborado a partir do óleo de soja. Bunge e Cargill são as duas maiores produtoras. Elas estão presentes em todos os países exportadores de soja, e serão certamente as principais beneficiárias da expansão da produção em novas áreas. Estados Unidos, Brasil e Argentina respondem por 90% das exportações mundiais de soja.

No fornecimento de plantas industriais produtoras de biodiesel, apenas duas empresas, a Somar e a Tecbio, trabalham com tecnologia brasileira. Duas outras empresas nacionais trabalham em associação com estrangeiras que respondem pela tecnologia: a Tecnia, com a americana, CIW, e a Dedini, com a DesmetBalestra, francesa. Destacam-se também a Conneman (americana), a Lurgi (alemã) e BDI (austríaca).

Os principais fabricantes de máquinas agrícolas são a norte-americana John Deere e a italiana Case New-Holland. Em janeiro de 2012, a multinacional americana AGCO anunciou a compra de 60% das ações da brasileira Santal Equipamentos, fabricante de colheitadeiras e implementos para o setor sucroalcooleiro. A AGCO é líder no mercado brasileiro de tratores, com mais de 50% de participação. Na América do Sul, a empresa fatura aproximadamente R\$ 3,2 bilhões.

O plantio da soja é responsável por cerca de 45% do valor do consumo de agrotóxicos no Brasil, e o da cana, por aproximadamente 10% do total. A indústria brasileira de fertilizantes químicos sofreu um significativo processo de consolidação nos últimos anos, onde pequenas empresas regionais foram adquiridas, perderam participação ou saíram do mercado. No segmento de agrotóxicos e fertilizantes, as três maiores empresas também são estrangeiras: a Bunge Fertilizantes (norte-americana), a Bayer e a Basf (alemãs). O segmento de fertilizantes passou a ser controlado por um oligopólio privado, composto por três multinacionais: Hydro/Yara (norueguesa), Bunge/Fosfértil (holandesa) e Cargill/Mosaic (americana). Juntas, essas empresas dominam 90% do mercado. Dentre as dez maiores, somente duas (Heringer e Ultrafértil) são brasileiras.

As seis maiores empresas produtoras de agrotóxicos – Basf, Bayer, Dow, Dupont, Monsanto e Syngenta – controlam hoje 66% do mercado mundial. E, no Brasil, as dez maiores empresas foram responsáveis por 75% da venda nacional de agrotóxicos na safra 2011/2012.

Também é crescente a participação de multinacionais no fornecimento de sementes. No caso da soja, as norte-americanas Monsanto e Dupont, a suíça Syngenta e a alemã Basf dominam o mercado. A Embrapa mantém parcerias com a Monsanto e a Basf. A Syngenta destinou em 2010 US\$ 100 milhões ao desenvolvimento de quatro plantas de cana transgênica para o mercado brasileiro. Os investimentos da Monsanto não ficam abaixo desse patamar. Já a Embrapa reparte entre cinco culturas (cana, soja, milho, algodão e eucalipto) um orçamento de R\$ 4 milhões em pesquisa, ao longo de três anos. A primeira variedade brasileira de cana transgênica, lançada em 2011 pela Embrapa, está em análise. O governo, temendo que as empresas multinacionais monopolizem o mercado das sementes de cana, pretende reforçar o orçamento da Embrapa, para ampliar as pesquisas nesta área.

# Comentários finais

---

## O Corredor de Nacala é um território de camponeses:

A versão atual do Plano Diretor e artigos publicados na imprensa descrevem o Corredor de Nacala como uma região pouco povoada e com terras livres e disponíveis para serem ocupadas por uma agricultura 'moderna'. Discurso semelhante foi adotado nos anos 80 no Cerrado brasileiro, por ocasião da implantação do Prodecer. Na realidade o Cerrado, hoje um oceano de monocultivos de larga escala envenenados por agrotóxicos e voltados para exportação, e por isso quase despovoado, era antes território de populações tradicionais, camponeses, indígenas e quilombolas. A província de Niassa é considerada pelos estudos técnicos contratados pelos três governos como de baixa densidade populacional e, portanto, disponível para a implantação de extensos monocultivos, como soja e milho para ração animal. Porém, camponeses que lá vivem afirmam que a província é toda povoada, exceto nas montanhas, e que a população camponesa está concentrada na área destinada aos grandes investimentos agrícolas, florestais e mineiros. Nampula e Zambezia estão entre as províncias mais populosas do país. Os camponeses asseguram que do centro do Corredor de Nacala até Nampula não existe área contínua com mais de dez hectares desocupada.

## A perda e expulsão de suas terras e o anúncio de reassentamentos são riscos reais e iminentes para os camponeses:

A questão da terra em Moçambique é refletida de uma forma soberana, do povo, tal como refere a Constituição da República no seu art. 109, complementada pela Lei de Terras de Moçambique, Lei n.º 19/97, de 1º de outubro, que é clara quanto ao direito de uso da terra, que é pública. No seu artigo 3º, a Lei de Terras estabelece que a terra é propriedade do Estado e não pode ser vendida ou, por qualquer outra forma, alienada, hipotecada ou penhorada. Não obstante a clareza destes dispositivos legais com relação à necessidade de proteção dos direitos das comunidades sobre a terra, a prática mostra a ineficácia em seu cumprimento, o que tem degenerado em conflitos de terras envolvendo, na sua maioria, investidores privados e comunidades locais, traduzindo-se em risco de perda de acesso e posse de terras por estas comunidades. Apesar das declarações de representantes dos governos afirmando que o ProSavana não proporá alterações na Lei de Terras, a entrada de gigantes investimentos privados em um território onde a terra é pública, poucas comunidades têm documentação registrada, e em um cenário onde a terra tem sido oferecida aos investidores em regime de concessão por décadas e praticamente de graça, significa riscos reais para os camponeses. Porém, embora a Lei de Terras consagre direitos consuetudinários sobre a posse e o uso da terra pelas comunidades, tais direitos têm sido sistematicamente violados nos últimos 15 anos.

Há também o grave precedente na província de Tete, onde as comunidades foram expulsas de suas terras para a exploração da mina de carvão adquirida pela Vale, apesar de possuírem documentação. Além da Lei de Terras, a legislação sobre sementes e uso de transgênicos também pode sofrer alterações visando facilitar a entrada de transnacionais do setor. Ações neste sentido estão em curso através da Nova Aliança para a Segurança Alimentar e Nutricional em África, uma iniciativa das oito economias mais desenvolvidas à qual Moçambique aderiu, traduzida ao nível doméstico em uma política nacional designada Plano Nacional de Investimento do Setor Agrário (PNISA), lançada em abril de 2013.

Diante dos grandes vazios de informação sobre como ficará a situação fundiária, as dúvidas e temores sobre reassentamentos e indenizações são a regra nas comunidades. O êxodo da população, majoritariamente rural, para as cidades, é um grande risco que aponta para o agravamento da situação de insegurança alimentar do país e redução da qualidade de vida dos camponeses deslocados.

Estudo realizado pela ORAM afirma que "em matéria de segurança de posse da terra a grande maioria da população rural não possui os seus DUATs formalmente registrados. 61% da área de terra sobre a qual o Programa ProSavana incidirá na província de Nampula não se encontra registrada. É oficialmente sabido por todas as partes responsáveis pela implementação do Programa que isso não significa que tal quantidade de terra esteja disponível para ser atribuída a novos requerentes.

Pelo contrário, representa a existência do grande desafio de insegurança da posse de terra por parte da maioria das populações locais.” Em um país onde “cerca de 70% dos seus 23 milhões de habitantes residem em áreas rurais e por volta de 76% da população economicamente ativa dedica-se predominantemente à agricultura, pecuária, pesca e caça”, pode-se imaginar os imensos riscos e impactos que a maioria da população sofrerá com a chegada de massivos investimentos externos às suas terras não documentadas. “De um modo geral foi possível perceber que as comunidades locais estão abertas e desejam receber investimentos. No entanto, existe igualmente a nível local um grande receio que as comunidades sejam removidas das suas terras para outras áreas por falta de formalização dos seus DUATs para dar lugar aos empresários agricultores brasileiros e japoneses. Os exemplos dos reassentamentos realizados no contexto da indústria extrativa do carvão foram muito recorrentes por parte dos nossos entrevistados para demonstrarem essa preocupação.”<sup>28</sup>

## Os camponeses não estão sendo consultados na elaboração do ProSavana:

Ao longo de todo o Corredor de Nacala os camponeses mantêm seus sistemas de produção alimentar de base familiar, camponesa e comunitária. Desenvolvem seus modos de vida, cultura e tradições. Sua história e experiências sociais, culturais e econômicas são totalmente desconsideradas nos estudos e documentos contratados pelos governos. Nestes documentos, os cerca de 4,5 milhões de camponeses são invisíveis. Seus modos de vida, seus direitos, necessidades e propostas não são considerados. A versão atual do Plano Diretor faz um diagnóstico técnico, como se o Corredor de Nacala fosse uma área a ser ocupada a partir de planejamentos externos, a serem comunicados posteriormente aos camponeses.

Os camponeses e as organizações que os representam têm demandas e propostas precisas e concretas que visam fortalecer seus sistemas de produção por meio de crédito, acesso ao mercado para a comercialização de sua produção, garantia de compra da produção a preço justo, equipamentos para o armazenamento da produção, acesso à energia elétrica, assistência técnica para fortalecer sua produção, acesso à educação e escolarização visando trabalhar com os camponeses e não com pessoas de fora, apoiar e fortalecer entidades criadas pelas comunidades como as associações de pequenos produtores e trabalhar em parceria com elas, apoiar a legalização das terras a favor dos camponeses, entre muitas outras propostas, que deviam traduzir-se num Plano Nacional de Apoio à Agricultura Familiar defendido há mais de duas décadas pelos camponeses.<sup>29</sup>

Entendemos consulta como um processo onde as populações camponesas são consideradas protagonistas, sujeitos portadores de direitos e, portanto, beneficiários principais de um programa que visa se instalar em seus territórios. Para tal, estas populações e suas organizações deveriam ser escutadas no nascedouro de qualquer proposta, e esta deveria ter como premissa as experiências e propostas das populações. Consulta não é chegar às comunidades para avisar que o ProSavana está começando, dando informações vagas, distorcidas, enganosas e contraditórias.

Por este motivo, organizações e movimentos sociais brasileiros avaliam que um quarto eixo, sobre participação social e consulta aos camponeses, deveria ser incluído no ProSavana, e todo o cronograma, planejamento e metodologia readaptados a este novo eixo. Propõem também a contratação de um segundo estudo, com o mesmo status do documento produzido pela GV Agro, a ser realizado com o objetivo de consultar os camponeses e visibilizar seus modos de vida, seus sistemas de produção, suas demandas e propostas relacionadas a suas culturas alimentares e ao fortalecimento da segurança e soberania alimentares.

## A experiência do Prodecer no Cerrado é referência nos documentos e estudos:

Assim como a propaganda oficial anuncia que o ProSavana trará uma mudança altamente positiva relativamente à produção alimentar no norte de Moçambique, discurso similar foi adotado no caso do Prodecer, apresentado como uma verdadeira revolução a favor da produção de alimentos, o que na verdade jamais ocorreu e, ao contrário, resultou em insegurança alimentar e necessidade de compra de alimentos de outras regiões.

<sup>28</sup>. “Sustentabilidade e Coexistência Pacífica no Uso e Aproveitamento da Terra em Moçambique – Os Contornos do ProSavana”, ORAM, agosto de 2012, Maputo.

<sup>29</sup>. Ver Carta Aberta em anexo, elaborada por organizações e movimentos camponeses de Moçambique.

## A convivência entre agricultura familiar e camponesa e o agronegócio representa riscos para o campesinato:

A versão atual do Plano Diretor recorta o território do Corredor de Nacala entre áreas destinadas a extensos monocultivos a cargo de grandes empresas e outras áreas onde está prevista a 'integração' entre pequenos produtores e empresas. Visa alterar o modelo de produção do atual regime de pousio para agricultura fixa, transformar pequenos produtores em médios e integrá-los à cadeia empresarial. O terceiro componente do ProSavana, conhecido como PEM (Projeto Extensão e Modelos de Desenvolvimento), coordenado pelo MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário, do Brasil) e visando prestar assistência técnica aos pequenos produtores, é visto pela ABC como o caminho que equilibrará as necessidades da agricultura familiar com os interesses empresariais. Entretanto, para que tal ocorresse, seria necessária uma avaliação prévia sobre as experiências de assistência técnica prestadas à agricultura familiar no Brasil. Um dos problemas frequentemente apontados é que a mesma é voltada à assistência a produtos e não a sistemas de produção, o que não contribui para o fortalecimento da produção de base familiar e camponesa e, portanto, não é uma boa referência a ser levada para Moçambique.

O modelo de produção verticalmente integrada atende aos interesses da empresa integradora, e não do integrado. Pelo contrário, é este último quem arca com os custos de infraestrutura e com eventuais prejuízos por perdas de safras e quedas de preços. No caso do Brasil, para a produção de frangos, por exemplo, o contrato que os integrados assinam os proíbe de comercializar a produção com outra empresa. Eles não sabem qual será seu ganho líquido e são obrigados a usar a ração e os produtos veterinários fornecidos pela empresa. Além disso, não têm garantia de preço nem de aceitação da produção excedente.

O caso da produção de milho causa imensa preocupação por se tratar do principal alimento em Moçambique. É preciso resistir ao risco de que o ProSavana instale um sistema de produção de milho destinado à alimentação animal, em rotação com a soja. O milho para ração animal não é o milho que os camponeses de Moçambique conhecem e produzem. Trata-se de variedades transgênicas nada saborosas, como nos contam os agricultores familiares da região de Lucas do Rio Verde, destinadas à alimentação animal.

As estratégias para o desenvolvimento das zonas apontadas pela versão atual do Plano Diretor mencionam como uma das atividades "estimular agricultores líderes a promover a formação de associações de produtores e cooperativas." Parece repetir-se o princípio do Prodecer de trabalhar com agricultores selecionados pela sua capacidade empresarial e potencialidade de implantar o pacote do programa. No caso do Prodecer, eles eram escolhidos na região Sul e recebiam assistência técnica, financiamento a juros subsidiados e outros benefícios. Quem serão os "escolhidos" no caso de Moçambique? E como ficarão os demais?

## A questão ambiental é tratada sob o ponto de vista meramente conservacionista:

Na versão atual do Plano Diretor listam-se unidades de conservação e outras áreas protegidas por lei, tomando-se por base o fato de que em princípio é desejável evitar a implementação de qualquer projeto dentro ou nas proximidades de parques nacionalmente designados como protegidos. Não há menção aos impactos do desmatamento para a formação de áreas de cultivo, redução da disponibilidade das águas, poluição dos rios, problemas de saúde causados pelo uso de agrotóxicos, emissões de gases do efeito estufa e outros característicos da monocultura. A perspectiva da Justiça Ambiental está fora do horizonte dos estudos atuais. As organizações e movimentos que representam os camponeses da região temem que a água e outros recursos naturais sejam privatizados.

## O ProSavana tende a responder a um mosaico de interesses empresariais e de grandes corporações:

A versão atual do Plano Diretor deixa claro que o ProSavana articula um somatório de interesses empresariais diversos, onde o setor público e a cooperação participarão das iniciativas mais estruturantes, enquanto o setor privado participará das atividades econômico-comerciais. Interesses de empresas estrangeiras somam-se aos da elite política moçambicana do agronegócio. Um exemplo é a Inteltec Holdings, que atua na produção da soja, empresa da qual o Presidente de Moçambique é acionista, fato formalmente anunciado em setembro de 2012. A fusão de vários capitais deu lugar a

empresa Agromoz, sendo acionistas os Grupos Américo Amorim, de Portugal, Pinesso (uma das maiores produtoras de soja no Brasil) e a Intelec Holdings. Conforme documentado ao longo do texto, empresas brasileiras do agronegócio têm grande interesse em expandir seus negócios nas terras do Corredor de Nacala.

Os interesses estruturantes tornaram-se evidentes com o lançamento em Moçambique da Nova Aliança para a Segurança Alimentar e Nutricional em África, traduzida no PNISA. Estão na dianteira da operacionalização desta iniciativa em Moçambique o Banco Mundial, Programa Mundial de Alimentação, Agência Japonesa de Cooperação Internacional (JICA), Agência Norte-americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID) e as corporações transnacionais do agronegócio tais como: Cargill, Itochu, Syngenta, Monsanto, Yara, African Cashew Initiative, Competitive African Cotton Initiative, Corvuns International, AGCO, Nippon Biodiesel Fuel, Vodafone, SAMBMiller, etc. A Nova Aliança está procedendo modificações no quadro jurídico-legal, no sentido de flexibilizar a aquisição de terras pelas multinacionais do agronegócio e introduzir alterações na política nacional de fertilizantes e sementes. Assim, a Nova Aliança cria as condições ótimas para a implantação do modelo agrícola proposto pelo ProSavana.

## O ProSavana demonstra que as contradições e conflitos internos do Brasil estão sendo exportados através de sua cooperação e investimentos:

O presente texto procurou demonstrar a relação entre o modelo de desenvolvimento implementado em nível nacional, as forças hegemônicas por ele representadas e o perfil das iniciativas de cooperação e investimentos brasileiros, revelando que o país está exportando seus conflitos internos através de sua cooperação e investimentos. Não existe um interesse nacional único e sem conflitos guiando a presença internacional do Brasil, já que as organizações e movimentos brasileiros que praticam e defendem a agricultura familiar e camponesa se opõem fortemente a este tipo de cooperação e investimentos internacionais do Brasil.

O ProSavana é um caso emblemático para o debate sobre a política externa e a cooperação brasileira. Através deste programa, o Brasil está exportando suas contradições domésticas entre a agricultura em larga escala, com sistema de produção baseado em extensos monocultivos, concentração da propriedade da terra, agrotóxicos, baixo emprego de força de trabalho e voltado para exportação, de um lado, e os sistemas de produção de alimentos com base familiar, camponesa e agroecológica, de outro. Através de suas históricas lutas, os movimentos sociais do campo conquistaram o direito de apoio a seus sistemas de produção familiar e camponesa por meio de programas de compra de sua produção em mercados institucionais, através principalmente do PAA (Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar) e PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar). O intercâmbio da experiência bem sucedida no Brasil e sua tradução e adaptação a um PAA África tem sido objeto de intensos esforços.

## O ProSavana demonstra que a cooperação é indissociável dos investimentos destinados à internacionalização das empresas brasileiras e das iniciativas de promoção comercial:

*“Todos os grandes países têm agências internacionais de comércio. Nós vamos criar uma agência internacional de comércio para a África e para a América Latina. É uma agência de cooperação, mas é uma agência também comercial. É uma agência para viabilizar investimentos. Enfim, é uma agência que tem um escopo bastante grande.”*

Presidenta Dilma Rousseff, maio de 2013, em Adis Abeba, Etiópia.<sup>30</sup>

Apesar da narrativa construída de que a cooperação Sul-Sul e investimentos do Brasil teriam a motivação da solidariedade, da horizontalidade, do intercâmbio e compartilhamento de conhecimentos visando à autonomia, e que projetos e programas resultariam de demandas dos receptores, o caso do ProSavana revela que esta retórica é bem distinta do que ocorre na prática.

<sup>30</sup>. <http://www.youtube.com/watch?v=d7tPg39k2XE> e <http://www.valor.com.br/brasil/3138674/em-visita-dilma-anuncia-nova-agencia-de-cooperacao-para-africa#ixzz2Uc6tUyrQ>.

Alguns problemas derivam desta retórica. Primeiro, se a cooperação brasileira resultasse direta e exclusivamente de demanda, poder-se-ia supor que a mesma não tem diretriz nem estratégia e que, portanto, se desenvolve à deriva, sem coordenação. Segundo, a cooperação responderia à demanda de quem? No caso do ProSavana, do governo de Moçambique? E como se dá o processo decisório para chegar a essa demanda em Moçambique? Os camponeses não foram ouvidos. Do lado brasileiro, pode-se dizer que não se pode intervir no processo decisório interno em Moçambique. Porém, a questão crucial para a cooperação brasileira é responder: quem decide no Brasil qual demanda será atendida e como? Ou seja, quem foi ouvido e consultado no Brasil no processo de elaboração dos interesses e visões do Brasil sobre o que fazer no ProSavana? A GV Agro, escolhida para elaborar o Plano Diretor, responde a interesses de um setor da sociedade brasileira que está em aberta oposição aos interesses da agricultura familiar e camponesa brasileira. Esta não foi ouvida em nenhum momento do processo decisório sobre o que o Brasil fará no ProSavana.

## A cooperação brasileira precisa ser debatida com a sociedade; a política externa precisa se tornar uma política pública:

A crescente importância da cooperação brasileira faz parte das profundas transformações vividas pelo sistema internacional. A presença do Brasil na África é uma das dimensões mais importantes da nova política externa brasileira, inaugurada em 2003. Por este motivo, o governo criou o chamado Grupo África, coordenado pela Casa Civil. No entanto, até o momento a anunciada prioridade dada à África não tem sido acompanhada de uma efetiva coordenação de ações, o que resulta em iniciativas descentralizadas, provenientes dos mais diversos atores estatais, privados e empresariais, estando as grandes corporações em ampla vantagem no que diz respeito aos ganhos concretos de tal enunciado. O Brasil não possui diretrizes nem princípios debatidos na sociedade e aprovados nas instâncias pertinentes relacionadas à sua cooperação.

Na verdade, a sociedade brasileira carece de um amplo debate sobre o caminho estratégico a ser escolhido para a sua atuação externa em conjunto, e em especial na África. O Brasil adotará o caminho da corrida imperialista cujo palco central hoje é a África, disputando espaço com as potências tradicionais e os chamados emergentes para ver quem explora mais os recursos naturais do continente? Ou o Brasil adotará um caminho de genuína cooperação e investimentos visando o desenvolvimento humano do continente por meio do empoderamento de seus povos e fortalecimento de seus direitos? Se é verdade que a política externa brasileira responde a um projeto nacional de desenvolvimento, o Brasil deverá debater qual desenvolvimento projeta para si próprio – inclusivo, sustentável, democrático, com pleno exercício de direitos de seu povo, com segurança e soberania alimentar – e, portanto, para a sua ação externa.

Assim como o conjunto da política externa, a cooperação e os investimentos brasileiros têm sido decididos de forma privada, sem que haja uma instância onde os interesses em conflito existentes na sociedade brasileira e, portanto, refletidos na sua ação externa, sejam processados. O caso do ProSavana revela a urgência de democratização do processo decisório na política externa brasileira, inclusive na cooperação e investimentos, de controle social e consulta às populações atingidas pelas iniciativas brasileiras, para que a cooperação e investimentos internacionais do Brasil sejam orientados pelo fortalecimento dos direitos humanos, da justiça social e ambiental e da segurança e soberania alimentar.

# Referências

---

- ABC e JICA. *Programa de Parceria Japão-Brasil 10 anos, Programa de Treinamento para Terceiros Países, 25 anos*. Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores e JICA, 2010. Disponível em <http://www.jica.go.jp/brazil/portuguese/office/publications/pdf/jbpp10anos.pdf>, acesso em 27/08/12.
- BANCO MUNDIAL E FAO. *Awakening Africa's Sleeping Giant. Prospects for Commercial Agriculture in the Guinea Savannah Zone and Beyond*. Banco Mundial, 2009. Disponível em [http://siteresources.worldbank.org/INTARD/Resources/sleeping\\_giant.pdf](http://siteresources.worldbank.org/INTARD/Resources/sleeping_giant.pdf), acesso em 13/05/13.
- CHICHAVA, S.; DURAN, J.; CABRAL, L.; SHANKLAND, A.; BUCKLEY, L.; TANG LIXIA; ZHANG YUE. *Chinese and Brazilian Cooperation with African Agriculture: The Case of Mozambique*. FAC Working Paper 49. Future Agricultures Consortium, Brighton, 2013. Disponível em [http://r4d.dfid.gov.uk/PDF/Outputs/Futureagriculture/FAC\\_Working\\_Paper\\_049.pdf](http://r4d.dfid.gov.uk/PDF/Outputs/Futureagriculture/FAC_Working_Paper_049.pdf), acesso em 10/05/13.
- CONAB. *Acompanhamento de safra brasileira: grãos, segundo levantamento, safra 2012/2013, novembro de 2012*. Companhia Nacional de Abastecimento. Brasília, 2012. Disponível em [http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/12\\_11\\_08\\_09\\_10\\_48\\_boletim\\_portugues\\_novembro\\_2012.pdf](http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/12_11_08_09_10_48_boletim_portugues_novembro_2012.pdf), acesso em 15/11/12.
- \_\_\_\_\_. *Programa de Aquisição de Alimentos – PAA. Resultado das ações da Conab em 2012*. Sumário Executivo, 2013. Disponível em [http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/13\\_02\\_07\\_08\\_31\\_25\\_sumario\\_executivo\\_07\\_02\\_13.pdf](http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/13_02_07_08_31_25_sumario_executivo_07_02_13.pdf), acesso em 26/02/13.
- EMBRAPA. *Moçambique. Apoio ao Sistema de Inovação no Setor Agropecuário*. Disponível em <http://hotsites.sct.embrapa.br/acesoainformacao/acoes-e-programas/Cartilha%20Mocambique.pdf>, acesso em 07/09/12.
- \_\_\_\_\_. *Projeto de melhoria da capacidade de pesquisa e de transferência de tecnologia para o desenvolvimento da Agricultura no corredor de Nacala em Moçambique*. Resumo Executivo. Junho de 2011. Disponível em <http://www.undp.org.br/Extranet/SAP%20FILES/MM/2011/14740/PROSAVANA-TEC%20-%20RESUMO%20EXECUTIVO.pdf>, acesso em 14/03/12.
- INOCÊNCIO, M. *As tramas do poder na territorialização do capital no Cerrado: o Prodecer*. Programa de pós-graduação em Geografia da UFG. Goiânia, 2010. Disponível em <http://www4.fct.unesp.br/thomaz/Posgrad-11/Tese%20Prodecer.pdf>, acesso em 03/09/12.
- IPEA. *Ponte sobre o Atlântico. Brasil e África Subsaariana: parceria Sul-Sul*. Ipea, 2011. Disponível em [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/111222\\_livropontesobreoatlanticopor2.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/111222_livropontesobreoatlanticopor2.pdf), acesso em 02/03/12.
- JICA. *Estudo sobre Assistência Oficial do Japão para o Desenvolvimento destinado à República Federativa do Brasil. Rumo à construção de uma nova parceria*. Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA). Março de 2003. Disponível em [http://jica-ri.jica.go.jp/IFIC\\_and\\_JBICI-Studies/english/publications/reports/study/country/pdf/bra\\_01.pdf](http://jica-ri.jica.go.jp/IFIC_and_JBICI-Studies/english/publications/reports/study/country/pdf/bra_01.pdf), acesso em 27/08/12.
- \_\_\_\_\_. *Cooperação nipo-brasileira assume uma nova escala global. Iniciativas de apoio financeiro e tecnológico estreitam relacionamento entre os dois países*. JICA, 2009. Disponível em <http://www.jica.go.jp/brazil/portuguese/office/publications/pdf/saopaulo.pdf>, acesso em 03/09/12.
- \_\_\_\_\_. *JICA no Brasil. Atuando como Parceiro Global*. JICA, março de 2011. Disponível em <http://www.jica.go.jp/brazil/portuguese/office/publications/pdf/jicanobrazil2011.pdf>, acesso em 03/09/12.
- \_\_\_\_\_. *50 anos de cooperação Brasil-Japão, 1959-2009*. JICA, 2009. Disponível em <http://www.jica.go.jp/brazil/portuguese/office/publications/pdf/50anos.pdf>, acesso em 03/09/12.
- OLIVEIRA, R. *Programas agrícolas na ocupação do Cerrado*. Sociedade e cultura, Vol. 3, Núm. 1-2, janeiro-dezembro, 2000. Universidade Federal de Goiás. Disponível em <http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=70312129007>, acesso em 25/08/12.
- PROSAVANA. *Support of Agriculture Development Master Plan for Nacala Corridor in Mozambique*. Informe nº 2, Projetos de impacto rápido, março de 2013. Disponível em [www.grain.org/attachments/2747/download?](http://www.grain.org/attachments/2747/download?), acesso em 12/05/13.
- \_\_\_\_\_. *Support of Agriculture Development Master Plan for Nacala Corridor in Mozambique*. Informe nº 1, Cap.3, Present condition and issues of the agriculture in the study area. Indisponível na web.
- RIBEIRO, R. *O Eldorado do Brasil central: história ambiental e convivência sustentável com o Cerrado*. Em Ecología política. Naturaleza, sociedad y utopía, Héctor Alimonda (comp.). Buenos Aires: CLACSO, abril de 2002. Disponível em <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/ecologia/ribeiro.pdf>, acesso em 01/10/10.
- RIBEIRO, R. *Da 'largueza' ao 'cercamento': um balanço dos programas de desenvolvimento do Cerrado*. In: ZHOURI, A. (org.). A insustentável leveza da política ambiental. Belo Horizonte, Ed. Autêntica, 2005.
- VILLAS-BÔAS, J. *Os investimentos brasileiros na África no governo Lula: um mapa*. Meridiano 47 vol. 12, n. 128, nov.-dez. 2011 [p. 3 a 9]. Disponível em <http://seer.bce.unb.br/index.php/MED/article/viewArticle/4242>, acesso em 03/10/12.

## Carta Aberta para Deter e Reflectir de Forma Urgente o Programa ProSavana

Carta Aberta das Organizações e Movimentos Sociais Moçambicanas dirigida aos Presidentes de Moçambique, Brasil e Primeiro-Ministro do Japão/Maio de 2013

**Sua Excelência Senhor Presidente da República de Moçambique, Armando Guebuza**  
**Sua Excelência Senhora Presidente da República Federativa do Brasil, Dilma Rousseff**  
**Sua Excelência Senhor Primeiro-Ministro do Japão, Shinzo Abe**

Assunto:

Carta Aberta para Deter e Reflectir de Forma Urgente o Programa ProSavana

Excelências;

O Governo da República de Moçambique, em parceria com os Governos da República Federativa do Brasil e do Japão, lançou, oficialmente, em Abril de 2011, o Programa ProSavana. O referido programa resulta de uma parceria trilateral dos três governos com o objectivo de, supostamente, promover o desenvolvimento da agricultura nas savanas tropicais do Corredor de Nacala, no Norte de Moçambique.

A estratégia de entrada e implementação do ProSavana assenta-se e fundamenta-se na necessidade, justificadamente, prioritária de combate à pobreza e no imperativo nacional e humano de promoção do desenvolvimento económico, social e cultural do nosso País. Aliás, estes têm sido os principais argumentos usados pelo Governo de Moçambique para justificar a sua opção pela política de atracção de Investimento Directo Estrangeiros (IDE) e consequente implantação de grandes investimentos de mineração, hidrocarbonetos, plantações de monoculturas florestais e agronegócios destinados a produção de commodities. Nós, camponeses e camponesas, famílias das comunidades do Corredor de Nacala, organizações religiosas e da sociedade civil moçambicanas, reconhecendo a importância e urgência do combate à miséria e da promoção do desenvolvimento soberano e sustentado, julgamos oportuno e crucial expressar as nossas preocupações e propostas em relação ao Programa ProSavana. O Programa ProSavana já está a ser implementado através da componente “Quick Impact Projects” sem nunca ter sido realizado, discutido publicamente e aprovado o Estudo de Avaliação de Impacto Ambiental, uma das principais e imprescindíveis exigências da legislação moçambicana para a implementação de projectos desta dimensão, normalmente classificados como de Categoria A.

A amplitude e grandeza do Programa ProSavana contrastam com o incumprimento da lei e total ausência de um debate público profundo, amplo, transparente e democrático impedindo-nos, (camponeses e camponesas, famílias e a população), desta forma, de exercer o nosso direito constitucional de acesso à informação, consulta, participação e consentimento informado sobre um assunto de grande relevância social, económica e ambiental com efeitos directos nas nossas vidas.

No entanto, desde Setembro de 2012 temos vindo a realizar um amplo debate e encontros alargados com diversos sectores da sociedade moçambicana. De acordo com os últimos documentos que tivemos acesso, o Programa ProSavana constitui uma mega parceria entre os Governos de Moçambique, Brasil e Japão que irá ocupar uma área estimada em 14.5 milhões de hectares de terra, em 19 distritos das Províncias de Niassa, Nampula e Zambézia, alegadamente, destinada para o desenvolvimento da agricultura em grande escala nas savanas tropicais, localizadas ao longo do Corredor de Desenvolvimento de Nacala.

Depois de vários debates ao nível das comunidades dos Distritos abrangidos por este programa, com autoridades governamentais moçambicanas, representações diplomáticas do Brasil e Japão e suas respectivas agências de cooperação internacional (Agência Brasileira de Cooperação-ABC e Agência de Cooperação Internacional do Japão-JICA), constatamos haver muitas discrepâncias e contradição nas insuficientes informações e documentos disponíveis, indícios e evidências que confirmam a existência de vícios de concepção do programa; irregularidades no suposto processo de consulta e participação pública; sérias e iminentes ameaças de usurpação de terras dos camponeses e remoção forçada das comunidades das áreas que ocupam actualmente. Senhor Presidente de Moçambique, Senhora Presidente do Brasil e Senhor Primeiro-Ministro do Japão, a cooperação internacional deve alicerçar-se com base nos interesses e aspirações dos povos para construção de um mundo mais justo e solidário. Entretanto, o Programa ProSavana não obedece esses princípios e os seus executores não se propõem, muito menos, se mostram disponíveis a discutir, de forma aberta, as questões de fundo associadas ao desenvolvimento da agricultura no nosso País.

Senhor Presidente Armando Guebuza gostaríamos de lembrar que sua excelência, juntamente com milhões de moçambicanos e moçambicanas, sacrificou grande parte da sua juventude, lutando para libertar o povo e a terra da opressão colonial. Desde esses tempos difíceis, camponeses e camponesas, com os pés firmes na terra, se encarregaram de produzir comida para a nação moçambicana, erguendo o País dos escombros da guerra para a edificação de uma sociedade independente, justa e solidária, onde todos pudessem sentir-se filhos desta terra libertada.

Senhor Presidente Guebuza, mais de 80% da população moçambicana tem na agricultura familiar o seu meio de vivência, respondendo pela produção de mais de 90% da alimentação do País. O ProSavana constitui um instrumento para criação de condições óptimas para entrada no País de corporações transnacionais, as quais irão, inevitavelmente, alienar a autonomia das famílias camponesas e desestruturar os sistemas de produção camponesa, podendo provocar o surgimento de famílias sem terra e aumento da insegurança alimentar, ou seja, a perda das maiores conquistas da nossa Independência Nacional.

Senhora Presidente Dilma Rousseff, a solidariedade entre os povos moçambicano e brasileiro vem desde os difíceis tempos de luta de libertação nacional, passando pela reconstrução nacional durante e após os 16 anos de guerra que Moçambique atravessou. Mais do que ninguém, a Senhora Presidente Dilma sofreu a opressão e foi vítima da ditadura militar no Brasil e conhece o custo da liberdade. Actualmente, dois terços dos alimentos consumidos no Brasil são produzidos por camponeses e camponesas e não pelas corporações que o Governo Brasileiro está a exportar para Moçambique através do ProSavana.

Senhora Presidente Dilma Rousseff, como se justifica que o Governo Brasileiro não dê prioridade ao Programa de Aquisição de Alimentos de Moçambique, o qual nós camponeses e camponesas apoiamos e incentivamos? Paradoxalmente, todos os meios financeiros, materiais e humanos, a vários níveis, são alocados para o desenvolvimento do agronegócio promovido pelo ProSavana. Como se justifica que a cooperação internacional entre o Brasil, Moçambique e Japão que devia promover a solidariedade entre os povos converta-se num instrumento de facilitação de transacções comerciais obscuras e promova a usurpação de terras comunitárias que de forma secular usamos para a produção de comida para a nação moçambicana e não só?

Senhor Primeiro-Ministro Shinzo Abe, o Japão, através da JICA, durante décadas contribuiu para o desenvolvimento da agricultura e outros sectores no nosso País. Repudiamos a actual política de cooperação do Governo Japonês com Moçambique no sector agrário. Mais do que o investimento em mega infra-estrutura no Corredor de Nacala para possibilitar o escoamento de commodities agrícolas, através do Porto de Nacala, bem como o apoio financeiro e humano ao ProSavana, entendemos que a aposta japonesa deve concentrar-se na agricultura camponesa, a única capaz de produzir alimentos adequados em quantidades necessárias para a população moçambicana, assim como promover um desenvolvimento sustentado e inclusivo. Digníssimos representantes dos povos de Moçambique, Brasil e Japão, vivemos uma fase da história marcada pela crescente demanda e expansão de grandes grupos financeiros e corporativos transnacionais pela apropriação e controlo de bens naturais em nível global, transformando-os em mercadoria e assumindo-os como uma oportunidade de negócios. Excelências, diante dos factos apresentados, nós, camponeses e camponesas de Moçambique, famílias das comunidades rurais do Corredor de Nacala, organizações religiosas e da sociedade civil, denunciemos e repudiamos com urgência:

- A manipulação de informações e intimidação das comunidades e organizações da sociedade civil que se opõem ao ProSavana, apresentando alternativas sustentáveis para o sector agrário;

- Os iminentes processos de usurpação de terras das comunidades locais por corporações brasileiras, japonesas e nacionais; bem assim de outras nações.
- O ProSavana fundamenta-se no aumento da produção e produtividade baseada em monoculturas de exportação (milho, soja, mandioca, algodão, cana de açúcar, etc), que pretende integrar camponeses e camponesas nesse processo produtivo exclusivamente controlado por grandes corporações transnacionais e instituições financeiras multilaterais, destruindo os sistemas de produção da agricultura familiar;
- A importação das contradições internas do modelo de desenvolvimento da agricultura brasileira para Moçambique.

Diante das denúncias atrás apresentadas, nós camponeses e camponesas de Moçambique, famílias das comunidades rurais do Corredor de Nacala, organizações religiosas e da sociedade civil solicitamos e exigimos uma intervenção urgente de V.Excias Senhor Presidente de Moçambique, Senhora Presidente do Brasil e Senhor Primeiro-Ministro do Japão, na qualidade de mandatários legítimos dos vossos povos, com o objectivo de travar de forma urgente a lógica de intervenção do Programa ProSavana que trará impactos negativos irreversíveis para as famílias camponesas tais como:

- O surgimento de famílias e Comunidades Sem Terra em Moçambique, como resultado dos processos de expropriações de terras e consequentes reassentamentos;
- Frequentes convulsões sociais e conflitos sócio-ambientais nas comunidades ao longo do Corredor de Nacala, e não só;
- Agravamento e aprofundamento da miséria nas famílias das comunidades rurais e redução de alternativas de sobrevivência e existência;
- Destruição dos sistemas de produção das famílias camponesas e consequentemente a insegurança alimentar;
- Aumento da corrupção e de conflitos de interesse;
- Poluição dos ecossistemas, solos e recursos hídricos como resultado do uso excessivo e descontrolado de pesticidas, fertilizantes químicos e agrotóxicos;
- Desequilíbrio ecológico como resultado de desmatamento de extensas áreas florestais para dar lugar aos mega projectos de agronegócio.

Assim, nós camponeses e camponesas, famílias das comunidades do Corredor de Nacala, organizações religiosas e da sociedade civil nacionais signatárias desta Carta Aberta manifestamos, publicamente, a nossa indignação e repúdio contra a forma como o Programa ProSavana tem sido concebido e tende a ser implementado nas nossas terras e comunidades do nosso País.

Defendemos o desenvolvimento da agricultura baseado em sistemas de produção e não em produtos, ou seja, a não destruição da lógica produtiva familiar que para além de questões económicas incorpora sobretudo a lógica de ocupação de espaços geográficos, a dimensão social e antropológica, que tem se revelado muito sustentável ao longo da história da humanidade. Os movimentos sociais e organizações signatárias desta Carta Aberta dirigem-se à V.Excias Senhor Presidente Armando Guebuza, Senhora Presidente Dilma Rousseff e Senhor Primeiro-Ministro Shinzo Abe, na vossa qualidade de chefes de Governo e de Estado e legítimos representantes dos povos de Moçambique, Brasil e Japão para requerer:

- Que mandem tomar todas as medidas necessárias para suspensão imediata de todas as acções e projectos em curso nas savanas tropicais do Corredor do Desenvolvimento de Nacala no âmbito da implementação do Programa ProSavana;
- Que o Governo de Moçambique mande instaurar um mecanismo inclusivo e democrático de construção de um diálogo oficial amplo com todos os sectores da sociedade moçambicana, particularmente camponeses e camponesas, povos do meio rural, comunidades do Corredor, organizações religiosas e da sociedade civil com o objectivo de definir as suas reais necessidades, aspirações e prioridades da matriz e agenda de desenvolvimento soberano;
- Que todos os recursos humanos, materiais e financeiros alocados ao Programa ProSavana sejam realocados na definição e implementação de um Plano Nacional de Apoio a Agricultura Familiar sustentável (sistema familiar), defendido há mais de duas décadas pelas famílias camponesas de toda a República de Moçambique, com o objectivo de apoiar e garantir a soberania alimentar de mais de 16 milhões de moçambicanos que têm na agricultura o seu principal meio de vida;

- Que o Governo moçambicano priorize a soberania alimentar, agricultura de conservação e agroecológica como as únicas soluções sustentáveis para a redução da fome e promoção da alimentação adequada;
- Que o Governo moçambicano adopte políticas para o sector agrário centradas no apoio à agricultura camponesa, cujas prioridades assentam-se no acesso ao crédito rural, serviços de extensão agrária, sistemas de irrigação, valorização das sementes nativas e resistentes às mudanças climáticas, infra-estruturas rurais ligadas a criação de capacidade produtiva e políticas de apoio e incentivo à comercialização rural;

Finalmente e em função do enunciado acima, nós camponeses e camponesas moçambicanas, famílias das comunidades rurais do Corredor de Nacala, organizações religiosas e da sociedade civil exigimos uma cooperação entre os Países assente nos interesses e aspirações genuínas dos povos; uma cooperação que sirva para a promoção de uma sociedade mais justa e solidária. Sonhamos com um Moçambique viável e melhor, onde todos os moçambicanos e moçambicanas possam sentir-se filhos desta terra, unidos e engajados na construção de um Estado cuja soberania emana e reside no Povo.

Contacto para Imprensa:

**Jeremias Filipe Vunjanhe:** Cel: +258-823911238/email: jfvunjanhe@gmail.com

**Alexandre Silva Dunduro:** Cel: +258-828686690

Email: dunduroalexandre@hotmail.com | adecru2007@gmail.com

**A. Muagerere:** Cel:+258/-82606426 / Fax:262863 | email: AMuagerene@scipnampula.org

## Organizações/movimentos sociais moçambicanas signatárias:

1. Acção Académica para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais (ADECRU)
2. Associação de Apoio e Assistência Jurídica as Comunidades (AAAJC) – Tete
3. Associação Nacional de Extensão Rural (AENA)
4. Associação de Cooperação para o Desenvolvimento (ACCOORD)
5. AKILIZETHO – Nampula
6. Caritas Diocesana de Lichinga – Niassa
7. Conselho Cristão de Moçambique (CCM) – Niassa
8. ESTAMOS – Organização Comunitária
9. FACILIDADE-Nampula
10. Justiça Ambiental/Friends of The Earth Mozambique
11. Fórum Mulher
12. Fórum das Organizações Não Governamentais do Niassa (FONAGNI)
13. Fórum Terra-Nampula
14. Fórum das Organizações Não Governamentais de Gaza (FONG)
15. Kulima
16. Liga Moçambicana de Direitos Humanos – LDH
17. Livaningo
18. Organização para Desenvolvimento Sustentável (OLIPA-ODES)
19. Organização Rural de Ajuda Mútua (ORAM)-Delegação de Nampula
20. Organização Rural de Ajuda Mútua (ORAM)- Delegação de Lichinga-Niassa
21. Plataforma Provincial da Sociedade Civil de Nampula
22. Rede de Organizações para o Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (ROADS) – Niassa
23. União Nacional de Camponeses – UNA

## Organizações/movimentos sociais internacionais subscritoras:

1. Amigos da Terra Brasil
2. Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) – Brasil
3. Associação Brasileira de ONGs (Abong)
4. Association for the Taxation of Financial Transactions for the Aid of Citizens (ATTAC) – Japan
5. Africa Japan Forum (AJF) – Japan
6. Alternative People's Linkage in Asia (APLA) – Japan
7. Association of Support for People in West Africa (SUPA) – Japan
8. Central Única dos Trabalhadores (CUT) – Brasil
9. Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Brasil
10. Comissão Pastoral da Terra – MT-Brasil
11. Confederação Nacional de Trabalhadores de Agricultura (CONTAG) – Brasil
12. FASE – Solidariedade e Educação – Brasil
13. Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (FETRAF) – Brasil
14. Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB)
15. Fórum Mato-grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento (FORMAD) – Brasil
16. Fórum de Direitos Humanos e da Terra do Mato Grosso (FDHT-MT) – Brasil
17. Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança alimentar e Nutricional (FBSSAN) – Brasil
18. Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Social do Brasil
19. Fórum de Lutas de Cáceres – MT-Brasil
20. GRAIN International
21. Grupo Pesquisador em Educação Ambiental, Comunicação e Arte (GPEA/UFMT) – Brasil
22. Grupo Pesquisador em Educação Ambiental, Comunicação e Arte (GPEA/UFMT) – Brasil
23. Grupo Raízes – Brasil
24. Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS) – Brasil
25. Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Económicas (Ibase) – Brasil
26. Instituto Caracol (iC) – Brasil
27. Instituto de Estudos Socioeconómicos do Brasil (Inesc)
28. Japan International Volunteer Center (JVC) – Japan
29. Justiça Global-Brasil
30. La Via Campesina – Região África 1
31. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – Brasil
32. Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM) – Uruguai
33. Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) – Brasil
34. Movimentos dos Pequenos Agricultores (MPA) – Brasil
35. Mozambique Kaihatsu wo Kangaeru Shiminno Kai – Japan
36. Network for Rural-Urban Cooperation – Japan
37. ODA-Net – ODA Reform Network – Japan
38. Rede Brasileira Pela Integração dos Povos (REBRIP)
39. Rede Axé Dudu – Brasil
40. Rede Mato-Grossense de Educação Ambiental (REMTEA) – Brasil

41. Sociedade fé e vida – Brasil
  42. Vida Brasil
  43. Organização de Mulheres Indígenas TAKINÁ, Barra do Bugres
  44. Coperrede – Cooperativa Regional de Prestação de Serviços e Economia Solidária
  45. Escola Estadual Lucas Auxilio Toniazzo – Curso Técnico em Agroecologia
  46. Aproger – Associação dos Produtores Rurais da Gleba Entre Rios – Nova Ubiratã-MT
  47. Associação Renascer – Peixoto-MT
  48. MST – Movimento dos Trabalhadores/as Rurais Sem Terra – Sinop
  49. Adunemat – Associação dos docentes da Universidade Estadual de Mato Grosso
  50. CPT – Comissão Pastoral da Terra
  51. Escola Estadual Terra Nova – Curso Técnico de Agroecologia – MT
-





**PUBLICAÇÃO**



**APOIO**



**OXFAM**

**FASE – Solidariedade e Educação**

Rua das Palmeiras, 90 – Botafogo  
CEP 22270-070 – Rio de Janeiro – RJ  
Tel.: +55 (21) 2536-7350  
Fax: +55 (21) 2536-7379  
[www.fase.org.br](http://www.fase.org.br)